

# **Recrutamento Político & Seleção de Candidaturas: As Listas e as Lideranças no Jardim Secreto.**

Luzia Ãlvares Maria Luzia Miranda Ãlvares.

Cita:

Luzia Ãlvares Maria Luzia Miranda Ãlvares (2010). *Recrutamento Político & Seleção de Candidaturas: As Listas e as Lideranças no Jardim Secreto*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/270>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/emPm/UaP>

**Recrutamento Político & Seleção de Candidaturas: Acesso às Listas e o papel das Lideranças no “Jardim Secreto”**

MARIA LUZIA MIRANDA ÁLVARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

luzia@ufpa.br

**Área Temática -**

**Política Comparada : Partidos y Sistema de partidos**

Trabalho preparado para apresentação no V Congresso Latinoamericano de Ciência Política - Integración, Diversidad y Democracia en tiempos del Bicentenario – organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP) .

Buenos Aires, Argentina

28 - 30 de Julio de 2010 |

## **Recrutamento Político & Seleção de Candidaturas: Acesso às Listas e o papel das Lideranças no “Jardim Secreto”**

Maria Luzia Miranda Álvares

### **RESUMO**

Gallagher & Marsh (1988), avaliaram modelos de seleção de candidaturas nos diversos sistemas eleitorais e afirmam que este processo é uma função partidária. Para Siavelis & Morgenstern (2004) estes são “menos pertinente para o multipartidarismo predominantemente da América Latina de regimes presidencialistas”. No Brasil, o recrutamento de candidaturas, tem baixa visibilidade na competição eleitoral. Avalia-se a questão, usando resultados parciais do estudo de caso nas eleições paraense de 2002 e 2006, examinando: o papel das lideranças na escolha de candidatos/as aos cargos parlamentares, tipos e funções desses líderes e os critérios de indicação baseados na demanda a filiados prospectivos.

Palavras-Chave:

Recrutamento- Candidatura - Seleção - Competição – Lideranças.

### **Introdução**

“Se a democracia pode ser comparada a um restaurante onde os fregueses (eleitores) pedem por um cardápio de partidos e candidatos, o processo de escolha dos candidatos que estarão na cédula é como a de invenção do próprio menu - e tudo isso acontece antes mesmo de um único voto ser lançado em uma eleição geral. Em outras palavras, o tema é extremamente importante, apesar de nunca supor um olhar para a relativa escassez de escritos por estudiosos e peritos sobre este tema”. Gideon Rahat (2007):

Os estudos sobre seleção de candidaturas em eleições democráticas têm produzido uma instigante literatura, contribuindo para pensar a forma como os partidos políticos escolhem os candidatos que irão concorrer.

Trabalhos importantes ampliaram a visibilidade deste campo de estudos: Gallagher & Marsh (1988) fornecem um amplo tratamento do assunto com os resultados de pesquisa em nove países europeus e registram a importância do processo de seleção; Siavelis & Morgenstern (2004) analisaram os procedimentos de escolha de candidatos aos cargos parlamentares e executivos nos sistemas políticos de alguns países latino-americanos; Lundell (2004), Montabes & Ortega (2004), Camp (2004),

Hopkin (2001), Bille (2001) se preocuparam em reforma eleitoral, representação parlamentar e estabilidade democrática em países ocidentais, tratando de recrutamento partidário; Leijenaar (2000: 2-20) abordou as estratégias de recrutamento para o aumento do número de mulheres nos parlamentos, com maior visibilidade aos procedimentos e critérios de seleção. Lovenduski & Norris (1993; 1995); Norris (1996a; 1997); Rahat & Hazan (2001; 2005; 2006); Hazan; 2002; Pennings & Hazan (2002) criaram modelos de análise com abordagens diferenciadas pela metodologia e teoria utilizadas; Czudnowski (1975) trata o processo de recrutamento de elites como um link entre a política e a sociedade pela teoria da micropolítica; Best & Cotta (2000) seguem o enfoque deste último e analisam recrutamento e carreiras de representantes parlamentares em onze países europeus num período de 1848 a 2000.

A proposição de que o recrutamento e/ ou seleção de candidaturas é uma função partidária que se coloca diferenciada em cada país e em cada partido (Gallagher & Marsh, 1988; Hazan, 2001; Rahat & Hazan, 2001; Pennings & Hazan, 2002), independente do tipo de sistema eleitoral em vigor, tem sido explorado por Álvares (2004; 2006; 2007) ao considerar que o Brasil, um sistema democrático de representação proporcional de lista aberta, com seu mercado político próprio, cumpre as normas determinadas pela justiça eleitoral (TSE) e desenvolve esta função em dois níveis: o institucional e o informal. O plano formal analisou os estatutos partidários que definem o meio de um/a filiado/a candidatar-se, usando um modelo de Rahat & Hazan (2001). O plano informal está considerando as atitudes dos líderes partidários responsáveis pela seleção de candidatos/as e composição da lista nominal de filiados/as<sup>1</sup>. Para esta autora, as lideranças são responsáveis por suprir o mercado eleitoral, amoldando suas demandas por votos, através da escolha ou designação de candidatos/as com perfil prospectivo, baseados em vários critérios de inclusão, entre estes, os antecedentes sociais dos aspirantes e candidatos/as, os acordos com as conexões e os arranjos com a base coligada. Quanto a *self-selection* (oferta), esta atitude de auto-reconhecimento do potencial de representatividade política induz os aspirantes ao desejo de concorrer, submetendo-se às regras estatutárias e eleitorais. Estes procedimentos materializam o processo de recrutamento de candidaturas.

O presente artigo abordará dois aspectos da discussão sobre o processo de seleção de candidaturas: 1) revisão parcial da literatura internacional – importância e

---

<sup>1</sup> Em estudo de caso focado nos depoimentos de líderes partidários e de candidatos/as.

discussão da contribuição de Gallagher/Marsh & Siavelis/Morgenstern. Nesta parte, se faz necessário, também, o enfoque destes e de outros teóricos sobre o conceito de recrutamento político e seleção de candidaturas, haja vista a significação que apresentam sobre a dimensão do processo que define quem será incluído na lista nominal. O segundo aspecto da abordagem avaliará os resultados parciais do estudo de caso sobre recrutamento/seleção, nas eleições parlamentares paraenses de 2002 e 2006 e municipais de 2008 enfocando: a) o modelo de análise interferindo no significado do recrutamento; b) lideranças partidárias – tipos e funções no partido; c) o papel das lideranças na escolha de candidatos/as aos cargos parlamentares, tipos e funções desses líderes e os critérios de indicação baseados na demanda a filiados/as prospectivos/as ou em outras variáveis inscritas nas expectativas da competição eleitoral.

## RECRUTAMENTO & SELEÇÃO

Atrair simpatizantes necessita de estratégias de sedução. Esse é o trabalho de base de militantes e ativistas de organizações partidárias, objetivando reunir mais adeptos para os seus quadros, atividade materializada no processo de recrutamento político que tem vários formatos, agentes e ambientes e se torna fundamental para a consolidação da organização.

A produção acadêmica tem alargado os estudos acerca desse procedimento, com análises sobre outras formas de recrutamento, como o legislativo onde é tratado o padrão de carreira parlamentar, composição social das bancadas parlamentares e de indicação de quadros ministeriais do governo e de comissões congressuais<sup>2</sup>. Na literatura internacional, esse enfoque tem funcionado numa perspectiva comparada no reconhecimento das elites parlamentares dos países europeus e anglo-americanos, relacionado ao processo de mobilização e estabilidade da democracia representativa<sup>3</sup>.

Desde *Comparing Legislatures Recruitment* (1993) Pippa Norris tem avaliado o impacto do recrutamento para o legislativo, nos sistemas políticos europeus, analisando os fatores que afetavam a sub-representação das mulheres para os cargos parlamentares

---

<sup>2</sup> No Brasil, cf. Fabiano Santos (2000); Figueiredo & Limongi (1999); Marengo dos Santos (1997; 2000), para carreiras parlamentares. Sobre composição social dos parlamentares ver Leôncio Rodrigues, (2002). Convém notar que o estudo sobre recrutamento tem avaliado a circulação das elites políticas engajadas nos vários setores sociais como o judiciário, as categorias profissionais, as classes empresariais etc, que formam as representações do poder decisório no país.

<sup>3</sup>Cf. Best and Cotta (2000); Norris (1995); Norris & Lovenduski (1995); Offerlé (1999).

neste degrau de acesso, ao se defrontarem com o “*gatekeeper party*”. Em 1995, 1996a<sup>4</sup> e 1997<sup>5</sup>, a autora prosseguiu nestes estudos apontando as “*consequências significantes para os partidos, elites legislativas e representação democrática*”, considerando o viés de classe, gênero, geração e minorias étnicas<sup>6</sup> e, juntamente com Joni Lovenduski, explicou o modelo de indicação de candidatos usado pelos partidos ingleses<sup>7</sup>. Com esses estudos pontuais, ela adentrou em área mais específica tratando de recrutamento de candidaturas, investigando um padrão de seleção partidária de filiados/as numa eleição, quando esses competidores se submetem às regras formais e à avaliação de recursos pessoais que garantem a indicação de seu nome na lista final aprovada numa Convenção. A análise de Norris & Lovenduski, para as eleições do Reino Unido, oferece um quadro de recrutamento formal de candidaturas, diferenciado pelas especificidades do sistema político inglês, embora aponte questões que outros argumentos não deixam claro.

De uma outra vertente teórica, Hazan (2002: 109) argumenta: “*Candidate selection is not legislative recruitment; the latter is more comprehensive and includes the former. Legislative recruitment involves such aspects of the political system as the legal, electoral, and party frameworks (Norris 1997). Candidate selection, on the other hand, is almost wholly within particular parties*”. O autor trata de seleção de candidaturas como um método de aplicação para avaliar uma função partidária, dispondo-o em uma estrutura de quatro dimensões explicativas: a candidatura; o *selectorate*; a descentralização; e o mecanismo de votar *versus* nomear (ou indicar).

Hazan e Norris diferem no desenho do modelo, mas exploram objetivos comuns na estrutura de análise sobre a escolha de candidatos nas democracias representativas modernas em países europeus. Ambos estão interessados em avaliar a importância e a

---

<sup>4</sup> Cf. Legislative Recruitment, 1996 a.

<sup>5</sup> Esclarece-se de antemão que o estudo de Norris (1993; 1995; 1996a; 1997) foi definido por ela como abordagem sobre o recrutamento legislativo, daí evidenciar fatores do sistema legal, eleitoral e partidário interferindo nesse processo, sem deixar de avaliar a importância do partido.

<sup>6</sup> Cf. Norris, 1997. Neste estudo, há contribuições de autores da Austrália, Canadá, Finlândia, Alemanha, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos. A tradução dos textos constantes neste item é de responsabilidade da autora deste texto.

<sup>7</sup> Norris, Pippa & Lovenduski, Joni (1995), desenvolveram análise sobre o tema a partir de dados extraídos do British Candidate Study (BCS) da eleição de 1992, em diferentes estágios do processo, dentro de uma metodologia de aplicação da teoria neo-institucional (regras eleitorais) e a abordagem qualitativa, usando entrevistas com todos os atores incluídos no processo, como líderes partidários, aspirantes, candidatos/as eleitos/as e não eleitos/as.

forma de relacionamento do aspirante a um cargo eletivo (e dos que pretendem reeleger-se) nos diversos tipos de partidos e sistemas eleitorais majoritários e proporcionais.

A diferença está relacionada ao termo recrutamento ou seleção de candidaturas. Eles se diferenciam pelo objetivo e pelo enfoque metodológico também. Em Norris, o uso de conceitos da teoria econômica evidencia a **oferta** e a **demanda** como responsáveis pela formação da elite de competidores, com o *gatekeeper* processando os resultados da indicação de um nome (majoritário) ou de uma lista de nomes (proporcional) para a competição eleitoral. Em Hazan, o quadro conceitual é extraído da teoria política onde a **candidatura** se acha na “*condução da questão de quem (ele ou ela) se apresenta como candidato de um partido particular*”; o **selectorate** é um termo advindo de *electorate* que busca aproximar-se por considerar o relacionamento perdido (partido / eleitorado) e, neste caso, verificar de que forma o partido está se comportando para incluir ou excluir candidatos/as; **descentralização** opera na identificação das atitudes internas dos métodos do *selectorate* de se achar nas mãos de um ou de vários selecionadores e/ ou então de assegurar aos atores sociais não-incluídos, a cota necessária para dimensionar a equidade. Este estágio seletivo do processo de Hazan acha-se em Norris numa estratégia das políticas de inclusão partidária do eleitorado excluído, tendente a favorecer as mulheres e as etnias. O critério de **votar** e/ ou **indicar** candidatos/as no processo seletivo é importante no modelo de Hazan devido à função de coesão e fidelidade, fatores identificados na democratização interna do partido. Em Norris, a atitude ou a tomada de decisão do *gatekeeper* está no interior de cada partido. Em Hazan, a tomada de decisão do *selectorate* se dá no interior do processo de seleção.

Pelo compromisso objetivado – identificação da composição social dos parlamentares – Norris aprofunda a investigação sobre os antecedentes sociais dos/as candidatos/as (todos, sejam vencedores, derrotados ou reeleitos) e constrói o perfil dos competidores em algumas democracias contemporâneas estáveis, evidenciando o “celeiro” onde estão sendo recrutados estes atores políticos que dimensionam o sistema partidário, o governo, as políticas legislativas. E aponta as dificuldades de mulheres & etnias em alcançarem os degraus da “passagem ao poder”. Hazan não aprofunda esta questão porque seu objetivo é olhar o *selectorate*, mas para ele o processo de seleção traz duas claras generalizações que podem estar relacionadas aos tipos de candidatos que foram produzidos pelos vários métodos utilizados: “*incumbentes have an advantage and women have a disadvantage*”.

Embora mencionem outros autores quanto a recrutamento assemelhar-se à seleção de candidato Gallagher & Marsh (1988: 2) apresentam sua própria explicação para esta função partidária: *“Candidate selection has been identified as important for two reasons: it is a key stage in the political recruitment process, and it is an important arena of intraparty conflict. With regard to the first of these, access to any political elite is controlled by a series of ‘gatekeepers’, and the narrowest gate of all is that guarded by the candidate selectors. As Pesonen (1968: 348) points out, ‘the nomination stage eliminates 99.96 percent of all the eligible people. The voters choose from only 0.04 percent.’ For this reason most writers on elites or recruitment stress the vital role of candidate selection. Czudnowski (1975: 219) describes it as ‘perhaps the most crucial stage in the recruitment process’.*

Nesta observação dos autores, os dois processos são afins, mas não semelhantes, pois cada qual preenche um papel na arena partidária e na competição eleitoral. A seleção de candidato se constitui no estágio-chave do processo de recrutamento político e campo importante do conflito intrapartidário, sendo responsável pelo estrito controle, através de “porteiros”, do acesso da elite política. Os “porteiros” eliminam uma faixa alta de elegíveis (por isso o processo se torna um estágio crucial e conflituoso dentro do partido), deixando para a escolha dos eleitores uma fração muito baixa (Pesonen, 1968; e Czudnowski, 1975)<sup>8</sup>. Esse estágio contribui com o processo de recrutamento da elite partidária responsável pelas decisões políticas.

A asserção de Crotty (1968b:260) para a avaliação do significado dos dois estágios da competição partidária apresenta-os como equivalentes: “O partido, recrutando candidatos, determina o pessoal e, mais simbolicamente, os grupos, a serem representados entre a elite, na tomada de decisão. Com o recrutamento, o partido influencia indiretamente os tipos de decisões públicas a serem decretadas, e os interesses muito prováveis de serem ouvidos. O recrutamento do candidato representa, então, uma das chaves de ligação entre o eleitorado e o processo de fazer política”(Gallagher & Marsh, 1988)<sup>9</sup>. Neste caso, a seqüência da discussão dos autores é para avançar no enfoque sobre a relação do processo de escolha de candidatos (Crotty usa o termo ‘recrutamento de candidaturas’) envolvendo o eleitorado que é de onde

---

8 Apud Gallagher & Marsh, 1988.

<sup>9</sup> Idem ibidem .

emanam os membros (filiados partidários) que estarão disponíveis para a competitividade eleitoral e, caso se elejam, decidirão as políticas públicas.

Schattschneider (1942:64-100) citado por Gallagher & Marsh (1998:3), trata de indicação de candidato e não de seleção ou recrutamento: “*The nominating process ... has become the crucial process of the party. The nature of the nominating procedure determines the nature of the party; he who can make the nominations is the owner of the party. This is therefore one of the best points at which to observe the distribution of power within the party*”.

Ranney (1981:103), Michels (1915:183-4), Hennessy (1968:2), Riggs (1968:62-66), Kirchheimer (1966:198) evidenciam seleção equivalente à escolha e/ ou indicação de candidatos, conforme o enfoque seja, objetivamente, um processo partidário compelindo para formar uma base de competidores eleitorais<sup>10</sup>. Mas, para Hazan (2001), **indicar** candidatos faz parte de um arranjo incluído como característica de seu método de avaliar o processo de seleção, contraposto a **votar**<sup>11</sup>.

Os argumentos de Siavelis & Morgenstern (2004: 2) revelam que esses dois processos são integrados, sendo, um deles, o “porteiro”: “*Political recruitment and candidate selection process form the central linkages between the represented and those doing the representing. Those who selected candidates are essentially the gatekeepers of democracy, in the sense that public policy outcomes as ultimately determined by those who choose representatives*”.

---

<sup>10</sup> Apud Gallagher & Marsh, 1988.

<sup>11</sup> Trata-se da quarta característica do modelo apresentado pelo autor. Para ele, o sistema de seleção centrado na votação pura e/ ou na indicação pura de candidatos difere entre si. No primeiro caso, estes são escolhidos e tomam posição na lista partidária por meio de voto e nenhum outro *selectorate* pode mudar esta posição; no segundo caso, eles são indicados pelo próprio órgão, sem aprovação de outra agência partidária, sendo possível controlar a lista.

A discussão acima refere os graus do processo de formação da elite partidária e os mecanismos de conquistar adeptos e/ou renovar o quadro dessa organização, numa competição eleitoral. No caso brasileiro, conforme análise dos estatutos dos partidos é possível avaliar os graus de recrutamento político e de recrutamento de candidaturas do cidadão ou cidadã para ascender na escala competitiva. Do/a cidadão/a ativo/a aos/as eleitos/as, o percurso pode significar acesso a um padrão de simpatizante partidário que envolve a agregação em atividades centradas nos organismos anexos<sup>12</sup> e, desse estágio, percorrida a rota do recrutamento político genético, o degrau seguinte é a filiação ao partido. Somente nesta fase será possível avançar para a competição eleitoral, onde se inscreve o processo de seleção de candidatura, na minha avaliação, um segundo aspecto do recrutamento político. O acesso à lista partidária tem outros “porteiros” credenciados para indicar os nomes dos que pretendem concorrer e devem fazer parte da lista final que então será votada na Convenção. No primeiro caso, pode-se ter uma pré-seleção de nomes que se transformam em candidatos propriamente ditos quando a lista é levada à Convenção para ser (então) votada pelos dirigentes partidários e pelos delegados. O processo seguinte é a submissão da lista aos eleitores aptos a votar, constituídos num *selectorate* ou “*gatekeeper party*”, conforme a nomenclatura conceitual de Hazan (2002), Rahat & Hazan (2001), para o primeiro, e Gallagher & Marsh (1988) e Norris (1993), para o segundo. O terceiro estágio do recrutamento político, ou seja, aquele recrutamento que constituiu os competidores eleitos para o cargo parlamentar é o recrutamento legislativo. A Figura 1 mostra o modelo descrito acima.

---

<sup>12</sup> Cf. Duverger, 1970. Os organismos anexos são grupos diversos que o partido cria e controla de fato ou de direito, com possibilidade de alargar e aprofundar a participação: na ampliação – aglutinando, no núcleo partidário, as associações-satélites de simpatizantes; no aprofundamento – através de um enquadramento sociocultural, familiar, entre outros. Isto distingue duas categorias de organismos anexos: os que se destinam aos simpatizantes e os que se adequam aos adeptos, embora ambos possam chegar ao objetivo final que é a criação da estrutura partidária. Os organismos anexos entre os simpatizantes são: os grupos de jovens, as associações profissionais, as associações femininas, as ligas de “donas de casa”, os sindicatos, entre muitos outros. Os de filiados são: “os que partilham da opinião do partido dum ponto de vista preciso, convenientemente escolhido e isolado do restante da doutrina (...)”. Ver também em Álvares (2004: 84; e 2006: 6).

Figura 1

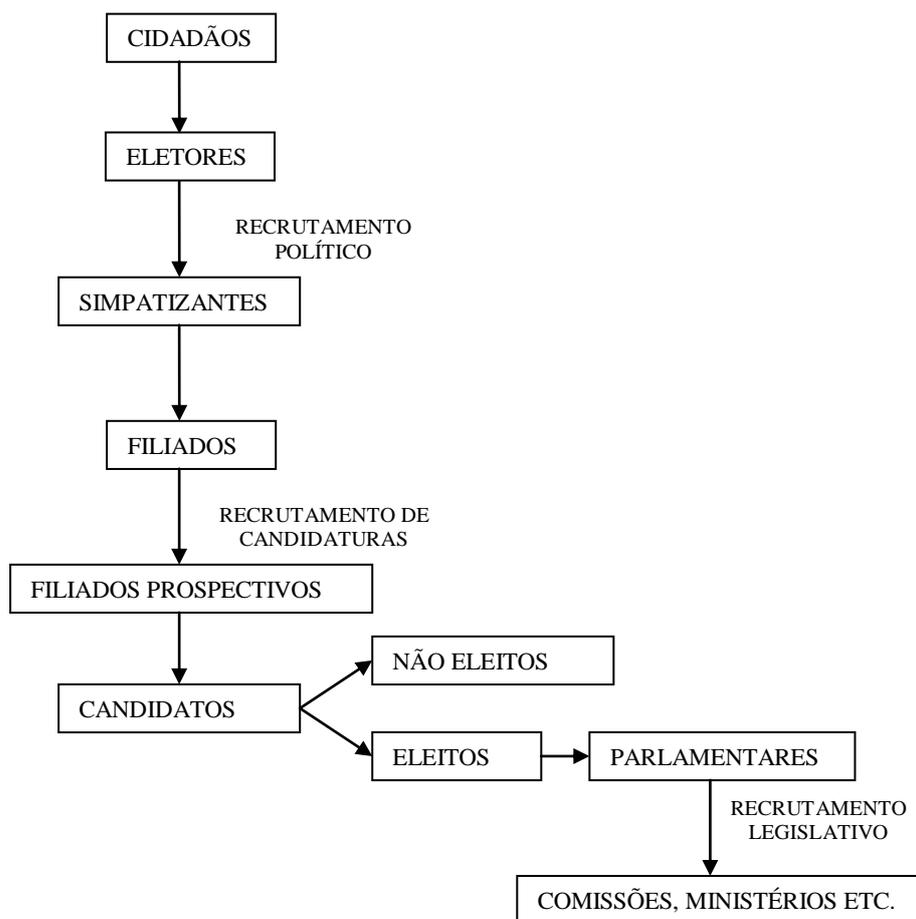


Figura 1 – Níveis de recrutamento e escala de acesso do/a eleitor/a ao cargo eletivo. Elaboração da autora.

### Enfoques de Gallagher/Marsh & Siavelis/Morgenstern: métodos para chegar ao “jardim secreto”

O processo de seleção de candidato foi descrito, por um comentarista da política inglesa, como o “jardim secreto da política britânica”<sup>13</sup>. Ao demonstrar que esse estágio do partido compreende outros arranjos informais que não estão inscritos nos estatutos partidários – embora estes sejam importantes para avaliar as exigências básicas da elegibilidade e outras normas focais do sistema –, Gallagher & Marsh (1988) consideraram: a variação dos procedimentos de seleção que delineiam o lócus do controle; as agências que decidem sobre quais competidores indicar; a identificação dos selecionadores; e as conseqüências que advirão dessas escolhas com a formação da elite

13 Cf. Gallagher & Marsh (1988) “Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics”.

parlamentar responsável pelas políticas públicas.

Os autores vêem importância no estudo deste aspecto do partido para a avaliação do nível de poder exercido pelas agências nacionais ou locais, as formas de negociação de bastidores que revelam os acertos para a composição das listas. Sugerem como método ideal da pesquisa para identificar esses atributos do procedimento partidário, a condução de entrevistas profundas com os atores envolvidos no processo de seleção – dirigentes centrais do partido, deputados, candidatos selecionados, aspirantes mal sucedidos, elites partidárias locais, membros/as filiados/as – aplicando perguntas com ampla abordagem. Com isso, seria possível verificar as qualidades dos aspirantes, as características padrão que propulsionam suas possibilidades de concorrer (características pessoais objetivas e subjetivas); os valores dos selecionadores e os critérios de escolha usados por estes, o que procuram e porque procuram nos competidores, supondo-se seja produzir a reação dos eleitores para criar maior atrativo eleitoral.

Investigar as regras que orientam a seleção de candidatos tem que ser feito conjuntamente aos componentes da estrutura política de cada país (sistema eleitoral, organização governamental, natureza do partido, cultura política e o mais importante, as cláusulas legais), visto que podem esclarecer se a composição dos parlamentos será afetada pela forma do recrutamento aplicado pelos partidos (que diferem de país a país) no comportamento dos deputados e a natureza da legislatura. Com isso, é possível haver impacto na coesão partidária (coesão forte ou ameaça sobre ela) e nos papéis concentrados pelos deputados, refletido pelas estruturas de poder existentes<sup>14</sup>.

Gallagher & Marsh (1988, p. 247) extraem três variáveis-chaves do processo de seleção<sup>15</sup>: grau de centralização: se restrita ou ampla; a extensão da participação: se são somente os membros partidários envolvidos no processo, se todos os eleitores ou apenas

---

<sup>14</sup> Ao tratar da importância das regras na seleção de candidaturas Ostrogorski (1970, I: 448) comentou que “(...) o procedimento colocado pelas regras é simplesmente uma formalidade que põe apenas o toque do revestimento sobre o trabalho dos títereiros”. Para Schattschneider (1942) “...qualquer um realmente “controla” a indicação. Ao invés, os resultados do processo de seleção refletem freqüentemente os resultados de um jogo complexo das interações entre muitos atores dentro do partido (e talvez alguns externos a ele - outsiders), em que os diferentes atores têm graus diferentes de influência, mas nenhum tem o controle completo”. Apud, Gallagher & Marsh, 1988.

<sup>15</sup> Extraídas dos estudos sobre os partidos de nove países: Bélgica, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Irlanda, Itália, Japão, Países Baixos e Noruega. Estes países têm diferentes estruturas políticas que são avaliadas em pormenores. Para este estudo, convém restringir aos enfoques que são importantes para a investigação proposta.

um líder<sup>16</sup>. A terceira aponta para a identificação de quais qualidades são necessárias aos aspirantes para competirem nesse processo, expondo-se dois aspectos: os requisitos formais de elegibilidade e os critérios informais. No primeiro caso, alguns partidos estudados não registram essas exigências, enquanto outros estipulam certas regras, como exemplo, um período mínimo de um ano para o aspirante ser/estar filiado ao partido. Outros definem um período de cinco anos aos seus membros. Há aqueles que tentam romper as regras se avaliam o interesse de um não-membro do partido com prestígio ou força local declarando-se interessado em candidatar-se fora da fase regulamentar. Outros requisitos comuns são: a faixa de idade, aspirantes com cargos cumulativos no partido ou no governo, os não letrados em inglês, os engajados em atividades industriais ou comerciais privadas, os cidadãos que já tenham sido eleitos por mais de um período.

As características pessoais ou subjetivas respondem pelos recursos acumulados pelos aspirantes na sua trajetória no partido e no distrito eleitoral e são aspectos favoráveis à sua inclusão como concorrentes. Um ou outro destes recursos ou, mesmo, ambos são mencionados nos estudos de caso que subsidiaram Gallagher & Marsh. A sólida experiência partidária e/ ou no governo local, o tempo de filiação que testa a fidelidade dos aspirantes, o mandato parlamentar que possibilita a reeleição, somam-se a certos aspectos de atração eleitoral do aspirante como o de serem articulados em uma plataforma, ou serem apresentáveis na aparência e terem habilidade nos acordos com as pessoas<sup>17</sup>.

Outros aspectos referidos foram: opiniões dos aspirantes (atitudes) podendo ser estratégia para um posicionamento diferenciado inter-facções, favorecendo a si próprios, mas, às vezes, não os seletores.

Uma característica inevitável e bastante evidenciada é a do aspirante ter raízes locais e não ser um “para-quedista” ou “outsiders” aonde receberá os votos. Qualidades pouco procuradas pelos selecionadores: o status socioeconômico, a alta escolaridade e

---

<sup>16</sup> Conforme apresentado em Gallagher & Marsh (1988). na Tabela 11.1 à pág. 237. Este enfoque encontra-se mais desenvolvido em Álvares, 2007. Da leitura de Norris e Lovenduski (1995) é possível ver que estas baseiam suas análises sobre os processos formais e informais e as decisões centralizadas e descentralizadas que protagonizam as tomadas de decisão nos procedimentos adotados pelas organizações partidárias no recrutamento de candidaturas, nos estudos feitos por Gallagher & Marsh (1988). O mesmo é possível dizer de Rahat & Hazan (2001).

<sup>17</sup> Interessante a pesquisa de Pertti Timonen (in Pesonen, 1972, apud Gallagher & Marsh) ao testar a correlação dos votos recebidos por aspirantes do Social Democrat em sua primária partidária e nas preferências recebidas nas eleições na Finlândia. Encontrando um elevado grau de correspondência com um coeficiente de Pearson de 0.72, concluiu que “a popularidade das pessoas certificadas e selecionadas entre membros do partido é um predictor bastante bom e seu sucesso eleitoral também”. (p. 250)

riqueza, entretanto, não é possível negar que “estas qualidades são, geralmente, recursos para aspirantes, ou que a dominância das pessoas com tais características na elite política pode estar entre as conseqüências do processo de seleção” (Gallagher & Marsh, 1988, p. 252).

Os antecedentes sociais são importantes nas sociedades divididas nas linhas comunais, com alguns assentos podendo ser reservados para candidatos de uma comunidade racial ou religiosa particular (como no Líbano), embora estes necessitem do apoio eleitoral de outras comunidades para ser eleitos. As características demográficas, os grupos de idade, o gênero também são aspectos que contam num processo de seleção em determinados países, podendo ser estratégicos para a atração partidária, contudo, há outros elementos dos antecedentes dos candidatos que podem ser negativos como, por exemplo, um determinado partido nazista colocar entre os concorrentes um descendente judeu, ou os partidos da Irlanda do Norte registrarem um candidato de convicção religiosa oposta à maioria dos seus partidários.

Embora estas expectativas de atração do eleitorado possam ser evidenciadas como sendo as qualidades dos aspirantes registrados nas listas, não deve ser suposição de que estas influenciaram a escolha dos selecionadores<sup>18</sup>.

### **O processo de seleção na América Latina: Siavelis/Morgenstern e os tipos ideais de candidatos**

Para o caso da América Latina<sup>19</sup>, Siavelis & Morgenstern (2003) demonstram a importância no campo dos estudos de instituições, desta função partidária, e a atenção que deve ser dada a este processo de recrutamento de candidaturas, haja vista que se trata de “*variáveis que determinam as origens, caminhos para o poder e o mandato das elites políticas afetando profundamente o comportamento de políticos uma vez no cargo*”. Dizem que se há uma literatura que trata de seleção de candidato para os governos parlamentares europeus e dos Estados Unidos esta é “... *menos pertinente*”

<sup>18</sup>Há poucas informações ainda que registrem os detalhes dessa percepção que detém amplos aspectos das influências que podem ocorrer nos registros do processo seletivo. A assertiva de Gallagher & Marsh (1988: 256) sobre uma pesquisa de Bochel (1985) em torno dos selecionadores ingleses deve nortear as generalizações que se possam fazer: “*Perhaps there is a danger of academics attributing to the selection process a degree of care and rational calculation it does not always possess, in the way that the sophistication involved in voters' decisions as to which way to vote was once overestimated*”

<sup>19</sup> Na Conference “Pathways to Power: Political Recruitment and Democracy in Latin América” de Wake Forrest University (2-4 de Abril de 2004) um grupo de pesquisadores e estudiosos de partidos políticos reuniu-se centralizando o tema na questão do recrutamento de candidaturas, cada qual trazendo efetivas contribuições para o debate sobre o processo entre os países da América Latina. Cf. <http://www.wfu.edu/politics/conference/index.htm>

*para o multipartidarismo predominantemente da América Latina, de regimes presidenciais”. E acrescentam: “Para América Latina há só alguns estudos de caso teoricamente isolados tão cheios de perguntas endereçadas a recrutamento. Parte da razão para as lacunas é a dificuldade de medir a variável seleção de candidato devido às limitações para obter dados de qualidade e desmascarar o lugar da escolha do processo que na maioria dos países é atrás de portas fechadas. Nem está lá o acordo que interessa precisamente o que medir e como medir isto quando uma pessoa dirige o processo de seleção”<sup>20</sup>.*

Esse processo, dizem os autores, tende a formar a conexão central entre o representado e os representantes que são essencialmente os “porteiros da democracia” porque estas escolhas resultam em eleitos responsáveis pela produção de políticas públicas. Evidenciam algumas notas contextuais sobre a seleção: a) o comportamento da elite é um elemento desse processo; b) o procedimento de seleção descentralizado tende a diminuir a disciplina partidária; c) a lista aberta também se manifesta nessa situação; d) padrões centralizados e descentralizados de seleção são possíveis tanto em lista aberta quanto em lista fechada. Dizem que para verificar quais os incentivos desanimadores da disciplina partidária em sistemas proporcionais de lista aberta com cultivo do voto pessoal é necessário avaliar os incentivos/desincentivos da competição, mas, principalmente, incluir os estudos sobre a natureza do processo de recrutamento e a sua intercessão entre os eixos formal e o informal com reconhecimento sobre a variação dos casos que determinam resultados concretos de recrutamento. Estes dois eixos interagem, com o primeiro, incluindo as variáveis legal e partidária (a base estatutária) e o segundo alinhado ao procedimento das lideranças que indicam os competidores e enfatizam a natureza da interseção. Os autores consideram “...*even more important than in other types of institutional analysis. Informality often reigns in these processes, with important effects for the outcomes. We must carefully distinguish between the written rules of the game, both with respect to party and legal statutes, and the actual process by which candidates are designated (see Helmke and Levitsky 2003). Our rationale for a cross-national case study approach is an explicit recognition that informality provides important sources of variation across cases, and can only be uncovered by the careful analysis of country experts*”(p. 5).

---

<sup>20</sup> Idem, *Ibidem*, p. 1. Tradução livre de Álvares, 2006.

Para a seleção de candidatos aos cargos legislativos, eles apontam quatro níveis de análise<sup>21</sup>: as variáveis do sistema (legal, eleitoral e partidária), a estrutura do recrutamento (organização partidária, regras e ideologia), o processo do recrutamento (como os elegíveis se tornam eleitos, motivações do candidato, “porteiros” partidários e escolha eleitoral); e como as variáveis afetam o comportamento dos candidatos que conseguem ser eleitos<sup>22</sup>.

Partem da suposição de que as variáveis do processo produzem candidatos com certas qualidades podendo estas ser, simultaneamente, consideradas variáveis dependentes e independentes, que se inclinam aos tipos ideais de candidatos por eles criados e categorizados como: Party Loyalist; Constituent Servant, Group Delegate, Entrepreneur, amoldados pelos padrões de recrutamento que os produzem<sup>23</sup>. São tipos de legisladores saídos das variáveis partidárias, das variáveis legais (variáveis independentes) e das qualidades dos candidatos (como tipos de variáveis dependentes) oferecidas no modelo que levam ao comportamento político dos parlamentares considerado uma variável dependente. Isto quer dizer que, conforme a escolha feita a um determinado aspirante (candidato) por um determinado ator político (eleitor, sistema de eleição, membro majoritário partidário ou coalizão, membro do partido do presidente, pela oposição ou coalização de oposição) e sendo este eleito pelo efeito que lhe foi dado por esses atores, então este aspirante será fiel a quem o apoiou.

Os resultados desse recrutamento apresentam dois componentes: as características do candidato e o seu comportamento legislativo. No primeiro caso, estão incluídas explicações dos antecedentes pessoais (sociais e políticos como gênero, geração, os integrados e/ou os *outsiders*, níveis de profissionalização) dos parlamentares eleitos. Quanto ao comportamento dos legisladores latino-americanos liga-se às explicações baseadas, principalmente, aos tipos ideais por várias razões. Primeiro, considerando as características dos candidatos atreladas ao modelo construído; depois, à interação individual ou coletiva com presidentes; terceiro, devido a que estas variáveis

---

<sup>21</sup> Segundo eles, prosseguindo as contribuições de Norris (1996).

<sup>22</sup> Neste aspecto há afinidade entre o enfoque desses autores e o já apreciado em Gallagher & Marsh (1988).

<sup>23</sup> Eles advertem, para racionalizar sua abordagem, primeiramente, que não esperam que nenhum legislador se ajuste à tipologia em termos de todas as variáveis independentes determinantes, nem em termos de comportamento; segundo, que eles falam de tendências, ou seja, as variáveis independentes fixadas tendem a interagir para a produção dos tipos gerais descritos; terceiro, consideram que em toda a legislatura há, provavelmente, variados tipos de legisladores em contextos sociais semelhantes e institucionais “operando em termos de incentivos semelhantes no desenho do processo de recrutamento e os resultados tenderiam a ser mais semelhantes do que diferentes” (p.3). Tradução livre de Álvares, (2006).

tendem a lidar mais amplamente com a lealdade dos parlamentares aos líderes partidários, implicando na coesão e na disciplina partidárias. Dizem os autores: *“The loyalty of legislators to party leaders has implications for party cohesion and discipline. The loyalty legislators feel for the executive has implications for executive-legislative relations. If legislators have loyal ties to districts, the provision of pork and the incentive to cultivate a personal following becomes more attractive. Finally, legislators’ ties to associations or interest groups affect how beholden candidates are to particular interests”* (Siavelis & Morgenstern, 2004, p. 14).

Esta argumentação subvenciona as questões que eles apontam para o processo, evidenciando o interesse em identificar o modo como os jogos diferentes de variáveis interagem, afetando a lealdade dos candidatos, se aos líderes ou aos eleitores, visto que esta vai determinar uma série de incentivos para os que conquistam o cargo<sup>24</sup>.

### **Selecionadores & Candidaturas em estudo de caso: Pará 2002 e 2006**

Da literatura dos teóricos anglo-americanos, uma primeira questão se evidencia: todos eles estão preocupados em identificar e confirmar a presença de um processo de seleção de candidaturas (como função partidária), em cada eleição, variando os sistemas eleitorais centrados nos regimes democráticos, independente da estrutura do sistema político onde ocorram as eleições.

A segunda questão tratada por eles e que afeta o processo é o desempenho do selecionador ou “*gatekeepers*” na agenda de escolha/seleção/designação de candidatos/as, por produzirem legisladores em potencial que irão influenciar na criação de políticas públicas.

No Brasil, estando todas as condições constantes, numa eleição, é possível avaliar, no período que antecede ao pleito eleitoral, as informações da mídia em torno de um jogo de procedimentos ocorrendo nos bastidores partidários sobre quem será candidato de que partido, quais os recursos que esses cidadãos têm para considerarem-se partícipes do processo de indicação de candidaturas e quais incentivos podem estar sendo negociados na base partidária, pelos líderes da ocasião, no preenchimento das

---

<sup>24</sup> Outro aspecto a ser mencionado em Siavelis & Morgenstern (2004) é integrarem sua investigação e abordagem da seleção de parlamentares, ao recrutamento para o executivo na vertente de governos estaduais e presidenciais, visto que para eles *“...a posição de executivos estaduais ou provinciais serve, frequentemente, como plataforma de foguete para candidaturas presidenciais”* (p. 15), despontando na interação do executivo-legislativo.

fichas de inscrição ao partido visando compor a relação nominal de candidatos para esse tempo específico.

Considerar as duas variáveis centrais que estão na base do processo de seleção – selecionador e candidato - motivou a investigação que dá suporte a este texto sobre quem funciona como *gatekeeper* e/ ou *selectorate* e quais arranjos procedimentais fazem parte da base informal das escolhas de candidatos, por estes atores, sabendo-se que os mesmos terão que se determinar pelas regras legais da competição.

Ao observar que a participação de lideranças seja na base formal (institucional) ou informal (não-institucional) se acha no escopo de qualquer processo de seleção de candidaturas, Álvares (2004)<sup>25</sup> estabeleceu uma visão própria do sistema de composição das listas partidárias para a competição eleitoral, onde as duas variáveis principais são o selecionador (formal/informal) e as qualidades do competidor (trajetória pessoal) interferindo na seleção.

O padrão formal do selecionador de candidaturas foi avaliado através da análise dos estatutos partidários brasileiros<sup>26</sup>. Até 1995 a indicação de candidatos/as regulamentava-se pela Lei 5.682/71, sendo um processo uniforme entre todos os partidos. Com a Lei 9.096, de 19/09/1995, excluiu-se da legislação nacional esse item, formalizando-se o procedimento nos estatutos dos partidos<sup>27</sup>. No Capítulo III – Do Programa e do Estatuto – o Art. 15, enfatiza o conteúdo normativo partidário (filiação, direitos e deveres dos membros, fidelidade e disciplina partidária) e dispõe, em seu item VI, sobre as “*condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas*”. A Convenção é referida como agência central de homologação das listas partidárias.

Dos 27 estatutos analisados<sup>28</sup> o do PT é o único que contém um item específico sobre um processo de pré-seleção de candidatos (formato e indicação dos responsáveis pelo processo) para todos os cargos nos três níveis de atuação: nacional, estadual e municipal. Há também referência aos pré-requisitos para um filiado se tornar candidato do partido (Art. 128). Mas, em geral, os demais estatutos fazem menção à escolha dos candidatos aos cargos parlamentares e executivos, considerando a função que as agências exercem na organização. Estes aos quais denomino selecionador (o *selectorate*,

---

<sup>25</sup> Cf. Capítulo 5, da tese de doutorado de Álvares, 2004.

<sup>26</sup> Cf. Álvares, 2004; 2005; 2006; e 2007.

<sup>27</sup> Cf. o texto da Lei 9.096/95 com minúcias na definição de quem se filia, prazos entre a filiação e a candidatura e outros itens exigidos ao candidato.

<sup>28</sup> Partidos que oficialmente competiram nas eleições de 2002 e 2006.

de Hazan ou “gatekeeper de Norris) são identificados por tipos de cargos que exercem, proporção de filiados e de lideranças delegadas que pactuam a indicação, as fases em que esta se distribui até a Convenção, o que contribui para evidenciar o desempenho de cada membro partidário no processo. Estes podem ser vistos como os “porteiros” institucionais.

Um exemplo do modelo formal de seleção está no quadro abaixo:

**Quadro 1 Distribuição do selecionador por tipos de cargo , proporção de filiados e lideranças – PT**

Partido	Cargos Parlamentares			Cargos Majoritários <sup>29</sup>		
	Selecionador 1					
	Indicação prévia					
	Municipal	Estadual	Federal	Senador	Governador	Presidente
PT	Membros do Diretório Municipal (3) ou	Membros do Diretório Estadual (1/3)ou	Membros do Diretório Estadual (1/3) ou	Membros do Diretório Estadual (2/5) ou	Membros do Diretório Estadual (2/5) ou	Membros do Diretório Nacional (2/5) ou
	Núcleo ou Diretório Zonal ou	Comissões executivas municipais (5%)ou	Comissões executivas municipais (5%) ou	Comissões executivas municipais (10%) ou	Comissões executivas municipais (15%) ou	Comissões Executivas Estaduais (30%) ou
	2,5% filiados de Encontro Municipal	Filiados estaduais (1%)ou	Filiados estaduais (1%) ou	Filiados estaduais (3%)	Filiados estaduais (5%)	Comissões Executivas Municipais (10%) ou
		Filiados participantes do Encontro Setorial Estadual	Filiados participantes do Encontro Setorial Estadual e Nacional			Filiados distribuídos em 15 Estados (10%)
	<b>Selecionador 2</b>					
	<b>Votação das indicações</b>					
PT	Encontro Municipal ou Zonal (delegados eleitos por voto direto dos/as filiados/as) <sup>1</sup>	Encontro Estadual (delegados Zonais e Municipais)				15% de filiados/as em pelo menos 50% dos Estados onde o Partido estiver organizado
	<b>Selecionador 3</b>					
	<b>Homologação obrigatória (pró-forma) da lista final de candidaturas</b>					
PT	Convenção Oficial (% de membros)					
	Municipal			Estadual		
	Membros do Diretório Municipal			Membros do Diretório Estadual		

Fonte: Estatuto do PT e entrevista com o Secretário Geral do partido. Criação de Álvares (2004)

Esta distribuição aponta para a maior ou menor participação dos/as filiados/as na agenda do selecionador e dessa avaliação pode-se criar um modelo de inclusão/exclusão que evidencie a democracia interna dos partidos, conforme está registrado na Figura 2.

<sup>29</sup> Não foi inserido aqui o cargo de prefeito, que é indicado pela base municipal.

**Figura 2. – Seleccionador de candidatos/as pelo grau de inclusão – PT<sup>30</sup>**

Maior Inclusão				Maior Exclusão	
<i>Seleccionador 1</i> Indicação prévia		<i>Seleccionador 2</i> Votação das indicações		<i>Seleccionador 3</i> Homologação da lista final de candidaturas	
Apoio de membros eleitos do partido, qualificados ou não (indicação interna fechada)		Encontro do Partido (votação por órgãos colegiados do partido formado de membros eleitos)		Congresso Oficial (homologação aprovada pelos membros eleitos dos Diretórios das circunscrições eleitorais municipais ou estaduais). (Convenção)	
Estadual	Local	Estadual	Local	Estadual	Local

Fonte: Estatuto do Partido. Elaboração de Álvares (2004), a partir de Rahat & Hazan (2001).

O PT apresenta, nos seus estatutos<sup>31</sup> um modelo de seleção de candidaturas que circula entre a indicação, a votação e a homologação<sup>32</sup> sendo que cada processo está centralizado nos membros/as filiados/as que detêm cargos do Diretório em níveis nacional (no caso de presidente da república), estadual ou municipal, para os quais foram eleitos, ou em Núcleos de Base municipal ou setorial<sup>33</sup>. A avaliação aponta um processo que se evidencia na média inclusão (seleccionador 1 e 2) ao limite médio da maior exclusão (seleccionador 3), em se tratando da posição centralizada do *seleccionador* ou nível de democracia interna do partido. Se todos os/as filiados/as têm que contribuir para o partido e têm outros requisitos constantes de seus direitos e deveres estatutários, o mais democrático, ou o nível de maior inclusão seria que todos tivessem acesso à escolha dos que participam das listas e serão votados pelo eleitorado, uma vez que os eleitos passarão a fazer parte da bancada parlamentar ou majoritária do partido.

Embora se possa dizer que em geral os demais partidos refiram seus processos de escolha nos estatutos, a “garimpagem” encontrou menção fragmentada no documento a esse procedimento, sendo possível identificar, explicitamente, dois tipos de seleccionador. Alusões à indicação prévia por um *grupo de subscritores*<sup>34</sup> configura os articuladores dos nomes na chapa proposta e/ou a fusão de chapas. Isso indica a elaboração de uma relação (lista) de nomes, por membros partidários que previamente

<sup>30</sup> Cf. o modelo de Hazan no Anexo 1, Figura 1

<sup>31</sup> Este estatuto também apresenta a forma de seleção dos dirigentes partidários. Não foi incluída a escolha de cargo de presidente da República

<sup>32</sup> Hazan confere apenas dois: o de indicação e o de votação.

<sup>33</sup> Este Núcleo de Base agrupa 9 filiados, mas é aberto a não filiados de âmbito municipal ou setorial.

<sup>34</sup> Subscritos nos estatutos do PP, PMDB etc.

escolheram os/as candidatos/as a ser submetida à homologação na Convenção. Esta é a primeira esfera do *seleccionador*. A segunda é a da votação pelos membros partidários e delegados na Convenção.

Neste caso, diz-se então que o *Seleccionador 1* está na célula da maior exclusão porque a seletividade do conjunto pode estar considerando um grupo da elite com destaque nas lideranças ou uma organização de base com ênfase em movimento setorial, apresentar uma lista de nomes de candidatos. Quanto ao *Seleccionador 2*, que é a Convenção, se acha no limite médio da maior exclusão porque, neste caso, houve uma maior abertura para a entrada de delegados de todos os órgãos do partido. Nos dois aspectos, a seletividade faz pensar na exclusão de um maior número de membros apoiadores filiados da base partidária exercendo a indicação<sup>35</sup>.

Sem ser um modelo equivalente aos já expostos na literatura de apoio deste texto, devido às especificidades que os autores já citados apontam sobre que tipo de recrutamento ou seleção de candidatura estão tratando, é possível afirmar a presença de um processo formal de seleção de candidaturas no Brasil, com regras partidárias que sustentam a oferta e demanda dos pretendentes aos cargos eletivos, tornando exposta a distribuição do poder no interior da organização partidária nos limites da média e baixa inclusão e média e alta exclusão, de acordo com a presença das lideranças partidárias nos procedimentos de designação de candidatos.

### **A Elite no Poder e a Seleção de Candidaturas no Plano Informal**

Na condição de membros dirigentes dos órgãos estatutários, os/as filiados/as se tornam representantes orgânicos dos partidos. São eles que responderão legalmente e legitimamente pelas instâncias de deliberação, direção e ação e de apoio dessa organização<sup>36</sup>. Constituirão a estrutura de poder dos partidos, que para Duverger

---

<sup>35</sup> Há casos de estatutos que delegam aos seus Movimentos de Apoio a indicação de associados interessados em candidatar-se. Todos têm seus apoiadores nesses movimentos. No PP, os movimentos disponibilizados aos Diretórios das três áreas organizadas são: Juventude Progressista; Ação da Mulher Progressista; do Trabalhador Progressista.

<sup>36</sup> A composição das agências partidárias que organizam o funcionamento dos partidos consta dos estatutos partidários que registram os vários órgãos dispostos na estrutura de poder do partido com as seguintes funções: Órgãos Deliberativos (Convenções); Órgãos de Direção e Ação (os Diretórios e as Comissões Executivas); Órgãos de Ação Parlamentar (bancadas parlamentares); Órgãos de Apoio: os Conselhos (conselhos fiscais; conselhos consultivos; conselhos de ética e fidelidade partidária); os Departamentos e/ ou Núcleos de Base (trabalhistas; juventude; rurais; femininos; servidores públicos; movimentos sociais); os Comitês (comitês de campanha, urbanos, rurais e de bairro); as Comissões Técnicas e as Fundações. Os membros/as filiados/as, conforme as regras estabelecidas em cada partido, podem se candidatar e formar chapas para concorrer aos cargos dessas instâncias. Todos os estatutos conferem um capítulo particular de indicativos para a escolha desses dirigentes e estes, ao serem eleitos, assumem um mandato com a duração de ao menos dois anos.

(1970)<sup>37</sup> tem um duplo caráter: “*a de uma aparência democrática e de uma realidade oligárquica*” (p. 171- 238) e para que não caiam nesta última terão que ter cuidado em seguir os princípios democráticos que “*exigem a eleição de dirigentes em todos os escalões, sua renovação freqüente, seu caráter coletivo, sua fraca autoridade*”. Contudo, diz, o partido organizado dessa forma não estará bem armado para a luta política se outro congêner se organizar pelo método autocrático e autoritário, criando a técnica da *camuflagem*, ignorando os estatutos e usando processos indiretos, mas eficazes para manter esse poder.

A abordagem de Duverger contempla uma discussão histórica sobre a tendência autocrática e democrática dos partidos europeus da década de 1950, estando subjacente a teoria das elites com ênfase em Michels (1958)<sup>38</sup>, para evidenciar o formato do recrutamento dos dirigentes partidários, se através do sufrágio direto ou indireto dos adeptos<sup>39</sup> ou se de outros mecanismos que os chefes dispunham para “fabricar” eleições de dirigentes e/ou manipular a representação de outros adeptos cuja presença não fosse bem-vinda na estrutura de poder. Incluem-se, nesses artifícios de dissimulação, a da “*designação mais ou menos autocrática sob uma aparência mais ou menos democrática*” (p. 183), permitindo estabelecer duas categorias de dirigentes intrapartidários: chefes aparentes e chefes reais - com “*os primeiros eleitos, os segundos designados por autocracia. Uns têm o poder teórico; os outros o exercem praticamente ou o partilham com eles*” (p. 183). Neste caso, o problema geral dos titulares reais do poder ou daqueles que detém o comando do poder formal é a tendência a favorecer a formação de “*eminências pardas*” que serão os reais “*manipuladores dos fantoches que se agitam no palco*” (idem)<sup>40</sup>. Diz Duverger: “*O problema é particularmente importante nos partidos políticos, porque muitos comportam uma autoridade real bem diversa da autoridade aparente. (...) Numerosos partidos só conhecem indiretamente esse dualismo de poder aparente e poder real: seus dirigentes oficiais são igualmente seus*

<sup>37</sup> Os registros sobre a teoria dos dirigentes partidários foram extraídos de Duverger (1970), das págs. 170 a 238. Os recortes dessa literatura farão registro no aspeamento, não identificando as páginas específicas.

<sup>38</sup> Robert Michel, inspirado nas idéias de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto e ao considerar a organização de associações como o partido político formulou a famosa “lei de ferro da oligarquia”.

<sup>39</sup> Adepto, para Duverger é o filiado, diferindo do simpatizante. É aquele que foi inscrito no partido e assume as condições estatutárias. A aferição do número de adeptos tem dois tipos de estudos: da evolução dos partidos; e da sua composição. Um terceiro a considerar: o recrutamento aos simpatizantes do partido. Esta abordagem relativa ao grau de influência dos partidos na designação dos candidatos para a composição da lista nominal e os fatores presentes nestas indicações, que considerou também o peso das lideranças na eleição e na indicação (na forma de cooptação), tem subsidiado os novos e atuais trabalhos de estudiosos da área.

<sup>40</sup> Esta questão levantada pelo autor representa a versão de marxistas e historiadores da época que pesquisavam o poder subterrâneo de monarcas e tomadores de decisões políticas.

*dirigentes efetivos. Simplesmente, formam-se às vezes pequenos círculos em torno de alguns, que aumentam a sua autoridade e lhes dão preponderância de fato, não prevista pelos estatutos. Ou ainda a personalidade excepcional dum chefe faz que ele ultrapasse, do mesmo modo, essas normas oficiais (...)*” (p. 184).

Esses caracterizados por Duverger de dirigentes partidários são investidos, no meu entender, na condição de liderança, quando assumem as competências das funções exercidas na estrutura de poder do partido condicionadas pelos cargos para os quais foram eleitos ou designados e ocupados nas agências de deliberação, ação, apoio previstas no estatuto partidário. Dessa estrutura, convivem lideranças que têm alta, média e baixa representatividade, dependendo de fatores variados, desde o tempo de registro no partido, à forma de recrutamento e a história de vida contemplada por antecedentes pessoais centrados na trajetória política, ou profissional e/ou familiar. A formulação desta conceituação difere daquela que usualmente a literatura apresenta ao tratar de líderes, vistos, essencialmente, na qualidade de uma função dentro do parlamento ou do governo, ou da direção partidária. Neste caso, a chefia de uma agência estatutária tem sobre si a delegação de poderes ou níveis de, que a faz conhecedora da situação da base de filiados/as partidários aptos a competir constituindo-se numa força do processo de seleção de candidaturas. No meu entendimento estas chefias são incluídas na representação de líderes.

Nessa estrutura orgânica, os membros dirigentes<sup>41</sup>, que atuam nas agências partidárias vão participar de outro estágio do processo de seleção de candidatos para a composição das listas eleitorais. Embora seja questionado que os partidos brasileiros não seguem as normas para a escolha de seus candidatos, salvo pela homologação dos nomes já inscritos na lista, no dia da Convenção, há fortes indícios de que algumas lideranças estaduais e municipais mantêm estratégias para indicar e influenciar a indicação de nomes de filiados/as na composição da lista. Estes cidadãos têm peso no mercado político e critérios pessoais para medir a capacidade de os/as aspirantes angariarem votos. São habilidosos em avaliar os antecedentes sociais daqueles/as que podem render votos e fazer crescer o quociente partidário (sejam filiados/as ou

---

<sup>41</sup> Este assunto está necessitando de uma discussão mais aprofundada, pelas condições apresentadas no sistema partidário brasileiro. Há uma discussão substantiva em Duverger (1970) sobre a direção dos partidos que define alguns papéis e as interveniências do jogo político destas figuras, discussões que deu provimento a estas asserções.

“cidadãos anônimos” cooptados para o tempo eleitoral); procuram aplicar as regras estatutárias no processo de recrutamento dos/as interessados/as na competição – neste caso, facilitam a escolha formal desse/a cidadão/ã. Geralmente eles têm o domínio do conhecimento regimental e legal e, também, reconhecem as demandas partidárias, contabilizando os pesos e contrapesos de uma candidatura, muito antes do processo eleitoral estar formalizado. Nesse sentido, interferem na **oferta** com forte ascendência na **demanda** por competidores que realmente importem para o partido.

Com base neste argumento e considerando as abordagens teóricas sobre a função partidária de seleção de candidatos/as (Hazan, 2002; Gallagher & Marsh, 1988; Norris, 1996; e Siavelis & Morgenstern, 2004) e sobre a formação da direção partidária (Duverger, 1970), extrai-se a seguinte proposição: há um processo de seleção de candidaturas para cargos legislativos numa base formal (independente do desenho do sistema eleitoral ser de representação proporcional de lista aberta), instituído pelas regras estatutárias. Este processo sofre influência das lideranças partidárias, o que se constitui na base informal da seleção. Desta hipótese deduz-se que o processo de seleção de candidaturas mantém o recrutamento de elites políticas numa base formal e informal, constituindo-se em uma variável dependente e independente. Porque não interferem nos antecedentes sociais dos/as filiados/as (VI) e porque as escolhas dos/as filiados/as incidem na composição dos parlamentos (VD). A base formal é composta pelas variáveis partidárias e legais (VI) e a base informal compõe-se das variáveis influência/controle das lideranças partidárias e antecedentes sociais dos aspirantes (VD).

#### **A Base Informal: Listas e Lideranças no Estágio de Formação do Seleccionador**

Gallagher & Marsh (1988:6-7) consideram que *“qualquer estudo de seleção de candidato deve ir além, ao não ignorar exame do que as constituições do partido dizem sobre ele”*. E reproduzem o que Ostrogorski (1970, I: 448), revela quando diz que *“o procedimento colocado pelas regras para a seleção do candidato... é simplesmente uma formalidade que põe apenas o último retoque sobre o trabalho por trás dos bastidores”*. Na perspectiva de Schattschneider, não há certeza sobre quem *“realmente controla” a indicação. Ao invés, os resultados do processo de seleção refletem, freqüentemente, os resultados de um jogo complexo das interações entre muitos atores*

*dentro do partido (e talvez alguns outsiders), em que estas diferentes figuras têm graus diferentes de influência, mas nenhuma tem o controle completo*”<sup>42</sup>.

Esses três enfoques refletem recursos informais presentes no processo de seleção: os estudos sobre este processo têm que ir além das informações da base estatutária do partido; há regras, mas o retoque é dado nos bastidores; o selecionador é um ator de dentro do partido, mas pode ser também alguém de fora, o que gera a incerteza sobre o controle da indicação de um candidato.

Para avaliar esses três aspectos, primeiramente, deve-se conhecer a gênese da composição dessa elite que só emerge de fato nos momentos de definição interna do jogo estratégico da escolha dos/as filiados/as à lista – são as lideranças<sup>43</sup> que ao assumirem funções na organização partidária criam representatividade nas funções que exercem, e dessa forma mantêm assento às Convenções, sendo, principalmente, peças fundamentais da pré-escolha de candidaturas. Elas estarão na “linha de frente” da composição formal e informal das listas partidárias. A maior ou menor inclusão/exclusão de adeptos selecionadores na seqüência do processo seletivo configura a descentralização do tipo de *selecionador* incidente na democracia interna do partido. Os que compõem o selecionador formal são os mesmos articuladores, ao longo de toda a fase do processo competitivo, da definição dos nomes dos/as filiados/as para a composição do quadro de indicados. Este vínculo mantém essas lideranças enredadas num estágio informal de pré-seleção<sup>44</sup> de candidaturas. Elas circulam nos dois estágios, concentram decisões ao avaliar a relevância da escolha de um dado/a filiado/a em nível

---

42 Tradução livre de Álvares, 2007.

43 Conceituar liderança, num sistema político, tem que avaliar as múltiplas nuances do tipo- formais e informais - e ver de qual se está tratando, pelos inúmeros tipos existentes. As lideranças partidárias se desdobram em lideranças do governo, lideranças parlamentares etc. conforme podem ser evidenciados nos relatórios do congresso nacional – [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) ou [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br) ou no glossário apresentados por essas instituições. No caso das pesquisas que fundamentam este texto, o grupo estudado se acha naquelas categorias já explicitadas em outra nota: dirigentes partidários, assessores parlamentares integrados á base das comissões, parlamentares de ambos os sexos e filiados eleitos para as funções estatutárias do partido.

<sup>44</sup> Álvares considera pré-seleção, o processo que antecede a composição da lista final que será encaminhada para a homologação na Convenção partidária. Este processo tende a fazer parte do jogo de articulações das lideranças, na apresentação de nomes representativos para a competição eleitoral, tanto no nível majoritário quanto no proporcional. Esta ação pode ser avaliada em várias etapas intra-eleitoral. Necessariamente não tem um período fixo para ocorrer, podendo ser numa etapa condizente com os acordos intrapartidários, intrafiliados e/ou intralideranças e/ou até no período de recrutamento de simpatizantes partidários/as e/ou de avaliação de membros de outros partidos interessados em trocar de legenda. Trata-se de estratégias de organização do quadro representativo dos competidores, para o tempo eleitoral. O enfoque desta pesquisa engloba todas estas etapas, considerando a competição aos cargos à Câmara de Deputados e Assembléia Legislativa no Pará.

estadual e local, criando um quadro apropriado aos acordos intra-partidários, supondo garantir a força eleitoral na dimensão nacional.

O estágio do processo informal de composição das listas partidárias e o controle/influência de algumas lideranças na pré-seleção de candidaturas e o “retoque de bastidores” foi pesquisado por Álvares<sup>45</sup> desde 2002, procurando mapear a atitude de um grupo de lideranças partidárias paraenses à composição dos candidatos às duas instâncias parlamentares: AL e CD. Primeiramente, interessava identificar os tipos de lideranças interferentes na escolha dos/as candidatos/as que compunham a lista, classificar esses tipos encontrados e criar um perfil para cada um deles. Outros aspectos juntaram novos pontos como identificar o formato da indicação de nomes de filiados/as, a existência de competição intrapartidária para a escolha dos/as candidatos/as e o capital social mais valorizado pelas lideranças partidárias.

Foram consideradas as seguintes hipóteses:

- o recrutamento de candidaturas avalizada pelas lideranças partidárias configura-se como um processo informal de indicação de candidatos/a, definida entre os/as filiados/as prospectivos, ou seja, os mais promissores de votos a comporem a lista partidária.
- o recrutamento de candidaturas, no plano informal, extrai, do quadro de filiados/as, os que apresentam uma trajetória com recursos do capital político formado por antecedentes pessoais (familiares, profissionais ou políticos).
- a seleção de candidaturas antecede a obrigatoriedade partidária das cotas para mulheres e, em nível geral, as indicadas à lista partidária têm antecedentes de trajetória pessoal.
- as lideranças reconhecem o trabalho de base de bastidores para indicar candidatos às listas partidárias.

### **O “Retoque dos Bastidores” na Seleção de Candidaturas: Quem “Retoca”? Quem É “Retocado”?**

A assertiva de que a legislação estatutária é apenas uma parte do processo de seleção de candidaturas (Gallagher & Marsh, 1988; Ostrogorski, 1970; Schattschneider,

---

<sup>45</sup> Projeto de Pesquisa: “Filiação, candidaturas & eleições: as trajetórias pessoais no recrutamento partidário para a competição eleitoral (Pará, 2004 e 2006)”, aprovado pelo CNPq/2006. Ver também: Projeto de Pesquisa ao Programa Ajuda ao Recém-Doutor – PARD: “As lideranças partidárias e o processo de seleção de candidaturas na competição eleitoral - Pará, 2006”.

1942) e o *selecionador* que controla a indicação é formado pelas lideranças do partido<sup>46</sup> antes da composição final da lista apresentada na Convenção, foi demonstrado por Álvares (2007) no exame entre sessenta e três (63) lideranças pertencentes às organizações partidárias que competiram nas eleições paraenses de 2002, 2004 e 2006, distribuídas entre as legendas: PMDB, PSDB, PPS, PFL/DAM, PT, PC do B, PTB, PV, PCB, PDT, PSB, PSC, PP e PL, considerando, ainda, o pertencimento aos blocos ideológicos<sup>47</sup>.

Foi configurado, primeiramente, a representatividade dessas lideranças e o nível de poder que tinham na organização partidária, extraídos das variáveis: tempo de permanência num mesmo partido, tempo do exercício na função de liderança e a abrangência geográfica do comando. No grupo estudado foi notado que a maioria já foi filiada a outro partido, com prevalência das lideranças do bloco do centro em relação às esquerda que trocaram menos (ver Anexo 1- Tabela 1). A troca de legenda se dá em qualquer estágio partidário e, entre os fatores que levam a isso, relacionam-se as acomodações feitas quando há desajustes de idéias e/ou de outros interesses entre os/as filiados/as/as e o partido (Melo 2000). Nessa característica, as lideranças paraenses se afinam com o quadro nacional nos estudos que mostram que os/as filiados/as dos partidos de esquerda migram em proporção menor que os demais blocos<sup>48</sup>.

O tempo de mandato de um líder é determinado pela legislação estatutária e o exercício das chefias políticas em diferentes instâncias varia de um a três anos, com direito a reeleição. O PT, por exemplo, faz rodízio anual entre suas lideranças parlamentares; os cargos de secretário-geral e de presidente e outros nesta estatura são

---

<sup>46</sup> Gallagher & Marsh (1988: 6) dizem que para avaliar a influência mais efetiva exercida no privado, o método ideal da pesquisa sobre o processo seria a condução de entrevistas profundas com os envolvidos como deputados, candidatos selecionados, aspirantes mal sucedidos, elites locais do partido, membros comuns das agências partidárias e assim por diante. Neste aspecto, a pesquisa que esta autora realiza desde 2002 tem procurado definir seus depoentes com estas qualificações, numa indicação feita por Norris em 2002, numa comunicação direta. Em 2006, em outra pesquisa, definiram-se as identificações dos depoentes nas categorias indicadas acima. Cf. nota 44 deste texto.

<sup>47</sup> Foi elaborado um formulário com sete páginas, composto de duas partes: Seção A – Identificação (13 questões) ; Seção B – Atividades na Seleção de Candidaturas (46 questões). Para o alcance dos objetivos da investigação, o levantamento de dados está criando um banco de dados tendo, ao todo, 81 formulários aplicados, entrevistas com lideranças diretamente ligadas à base da escolha de candidatos, mais de 100 formulários com candidatos da CD, AL e Câmara de Vereadores. Para este artigo, somente 63 formulários foram analisados, distribuídos entre quinze (15) mulheres, presidente de partido, servidora pública; parlamentares da AL Câmara de Vereadores e Câmara de Deputados. E quarenta e oito homens, entre os quais: um Secretário de Estado, Presidente da AL, assessor parlamentar, secretários-gerais, presidentes de partido e 41 parlamentares (das três instâncias legislativas, com incidência maior na AL. Há também a utilização dos dados de quatro entrevistas.

<sup>48</sup> Leve-se em conta o período estudado pelo autor e a realidade atual com as mudanças que vêm ocorrendo nas esquerdas desde 2004, quando o PT passou a ser governo.

regidos por eleições intrapartidárias, para um mandato de três anos (Art. 21). Neste estudo, os dados agregados em quatro blocos constando os intervalos de anos de liderança dentro do partido mostraram que 49,2% dos líderes exercem essas atividades entre 1 a 5 anos. Há os que mantêm a posição de líder entre 6 a 15 anos (31,7%) e outros já estão no comando entre 16 a 25 anos (7%), neste último caso, 80% estão entre os partidos de esquerda (Anexo 1- Tabela 2).

A variável abrangência geográfica ou o alcance do comando partidário das lideranças, com a função distribuída em três níveis (exceto o municipal e o zonal), Álvares constatou que o foro estadual é o mais bem representado (60%) configuradas as atribuições partidárias de parlamentares investidos dessas funções por força regimental. O regional assegura a segunda faixa de representação com 33% (38% do centro) e o nível nacional é residual com um percentual de 1,58% (100,0 da esquerda). O grupo não foi bem representado nesta amplitude pela própria capacidade em agregar mais as condições estaduais (cf. Anexo 1- tabela 3).

Destes três ângulos, traduzindo uma parte do *currículo político* dos dirigentes partidários<sup>49</sup>, fica patente sua capacidade representativa intrapartidária em informar a dinâmica de organização da lista de filiados/as desejosos de concorrer às eleições. Presume-se que eles detêm o conhecimento das regras e dos acordos no período da conjunção de forças para o tempo competitivo, pela participação mais integrada nos órgãos diretivos do partido e por outras atividades que exercem em contato público.

Por esse motivo, as questões para avaliar a responsabilidade das lideranças numa pré-seleção de candidatos, desdobraram-se em dois procedimentos: incluir pontos aprofundados de itens multivariados relativos às fases formais do processo de designação de candidatos e mesclar itens subjetivos explorando a versão para uma indicação informal<sup>50</sup>.

A relevância de uma pré-seleção de candidaturas teve alta significação, com mais de 80% das lideranças confirmando que os integrantes do partido precisam ter uma primeira visão de quem será indicado para concorrer. Revela-se, dessa forma, a preocupação dos dirigentes partidários pelo próprio futuro da organização. Este evento não se dá, somente, às proximidades das eleições. Trata-se de uma iniciativa que revela,

---

<sup>49</sup> O currículo político de uma liderança é muito mais ampliada e este detalhe, embora não conste neste texto, está registrado no banco de dados da pesquisa. Para o perfil de cada depoente foram anotados: os antecedentes sociais (questões referentes ao grupo familiar, local de nascimento, renda, ocupação etc.) e a trajetória política dos mesmos, desde o acesso aos grupos estudantis, comunitários, sindicais, partidários.

<sup>50</sup> Foi criada, ainda, uma rede de indicações a outros líderes e filiados em função-chave a serem escolhidos para entrevistas gravadas.

inclusive, tratamento diferenciado aos potenciais membros da elite num período anterior aos prazos de inscrição formal no partido e de formação das listas nominais. É um trabalho de base que tem sido, inclusive, realizado pelas “mulheres de partido” agregadas nos comitês municipais e estaduais. É significativa também a presença de contatos entre os assessores partidários conectados ao executivo estadual e às bases municipais, principalmente, procurando criar barganhas para uma disputa de favores visando a uma possível troca de legenda. Se para alguns é ambíguo o conceito de recrutamento político para indicar as atividades criadas para o incentivo aos simpatizantes e filiados/as prevendo o tempo de escolha de competidores aos cargos eletivos, na verdade, esta dimensão é uma tarefa orgânica das agremiações partidárias.

Na sequência do *script*, saber sobre a forma de escolha dos/as candidatos/as do partido para concorrer numa eleição se dentro de regras estatutárias ou não, possibilitou que fossem criadas múltiplas assertivas, segundo a importância maior e menor para o procedimento pré-seletivo, distribuídos em uma escala de 5 pontos.

**Tabela 1 - Distribuição, em bloco ideológico, das alternativas quanto ao partido reger-se pelo estatuto na seleção de candidatos /as às eleições ? (-1 a +5)**

Situação	Blocos Ideológicos			
	%			
	Esquerda	Centro	Direita	Total
Sim- Tem regras estatutárias- Mas os líderes partidários indicam	23	43	33	<b>48</b>
Sim, tem regras- Ninguém foge das regras; os líderes compõem as listas por elas	48	37	15	<b>43</b>
Não há regras - Os/as filiados/as se apresentam candidatos e a executiva escolhe os notáveis	20	60	20	<b>8</b>
Outro	17	50	33	<b>9</b>
Os/as filiados/as mais notáveis são indicados	20	80	0	<b>8</b>
Alguns filiados são indicados para ficarem à disposição do partido para a campanha	0	100	0	<b>5</b>

Fonte: Dados extraídos dos formulários da pesquisa. <sup>1</sup>Distribuição entre os 63 casos estudados - Álvares, 2007)

A sistematização das informações colhidas entre as lideranças possibilitou verificar os procedimentos aplicados numa pré-seleção de candidatos/as, harmonizados entre as regras estatutárias e os arranjos internos dos dirigentes partidários. A polarização entre as duas primeiras questões é a evidencia de um formato seletivo composto por um conselho político que se adéqua às normas, mas recria o *script* numa versão orientada para a importância do evento<sup>51</sup>. Obviamente, nenhum dirigente

<sup>51</sup> Em seu artigo “O Sistema Eleitoral de Listas no Brasil” Jairo Nicolau escreve: “Não sabemos, por exemplo, se os partidos organizam comitês específicos para escolher os candidatos, ou se as principais

partidário tem interesse em derrotas e, para isso, concorre com a experiência avaliando com quem o partido terá melhores chances de desempenho eleitoral. Há os que não vêem a disposição regimental tomada pelo partido e se orientam pela oferta de filiados para concorrer, levando em conta que o número de vagas é muito amplo e nem sempre o partido tem nomes para preencher a lista. A indicação de filiados para o trabalho de campanha lembra um arranjo feito em cada eleição para que os militantes sejam disponibilizados de seus empregos e ajudem nas tarefas eleitorais. Há diferenciais ainda ao tomarmos os três blocos ideológicos: a ênfase maior ao primeiro item é dada pelo bloco do centro (43%), enquanto a esquerda registra o processo formal como o definitivo (48%).

Esta questão-chave distribuiu-se em três aspectos sobre o papel das lideranças na pré-seleção (quem escolhe), o padrão de procedimentos (como escolhe) e o que resulta do processo (quem é escolhido).

**Tabela 2- - Distribuição, em bloco ideológico, das alternativas quanto a indicação dos/as filiados/as para compor as listas de candidatos do partido (-1 a +5)**

Situação	Blocos Ideológicos			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
São os líderes partidários que indicam	28	36	36	<b>44</b>
Os/as filiados/as oferecem seu nome e os líderes ajudam a montar as listas	27	48	26	<b>43</b>
São os grupos e associações que indicam	78	11	11	<b>14</b>
Os militantes da base fazem uma relação de principais nomes	64	27	9	<b>17</b>
Outro	29	57	14	<b>11</b>

Fonte: Dados extraídos dos formulários da pesquisa. <sup>1</sup>Distribuição entre os 63 casos estudados - Álvares, 2007)

Os dados agregados revelam equilíbrio dos três blocos ideológicos referente à presença dos líderes partidários entre os que constituem um conselho político para a orientação da pré-seleção. Neste caso, não surpreende o parâmetro de Rahat & Hazan (2001) quando evidenciam o tipo de selecionador pelo grau de maior/ menor exclusão/inclusão definindo a indicação de lideranças como o de maior exclusão (cf.

---

lideranças estaduais se envolvem diretamente nessa tarefa. Porém, dois aspectos devem ser salientados. O primeiro é que nenhum partido utiliza prévias internas com os/as filiados/as para a escolha dos nomes que comporão a lista. O segundo é que as convenções oficiais têm caráter meramente homologatório, já que os candidatos são escolhidos antes que ela aconteça". DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 4, 2006, pp. 689 a 720. Pelos dados disponíveis no presente trabalho, regimentalmente, os partidos, salvo o PT, não inscrevem comitês, mas conselhos políticos sim. É só observar não só nas informações colhidos através dos formulários como nas entrevistas com dirigentes partidários que revelam as estratégias empregadas para a escolha de nomes de filiados competitivos.

Anexo 1-Figura 1), querendo dizer que houve um número restrito de atores envolvidos com a pré-indicação. Por outro lado, comparando com a Tabela 1, há coerência com o primeiro item do *script*: o bloco de esquerda revela a importância dos grupos e/ou de militantes da base em avaliar as indicações dos nomes.

Para um líder militante que preside o Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) do PT no Pará<sup>52</sup>: “Na verdade {esse processo} é misto porque até para os líderes indicarem os candidatos eles tem que se ater às regras (...). O grupo X<sup>53</sup> montou um sistema no município à revelia do que reza o Estatuto e, chegando à Executiva Estadual foi rejeitado. Porque por mais que você tenha o líder, aquela figura de referência, também o PT preza muito pela instituição. Então se trata de um sistema misto onde, ocasionalmente, o líder pode ser derrotado se não na instância local, pelo menos numa instância superior”.

O Secretário-Geral do PT no Pará, Marcos Oliveira, ratifica o processo de escolha de candidatos de seu partido constante no estatuto e aponta as mudanças ocorridas em 2002, quando os dirigentes partidários das circunscrições respectivas (municipal, estadual e nacional) passaram a ser escolhidos via eleição direta com a participação de todos os/as filiados/as quite com o partido<sup>54</sup>. Considera que o PT não alimenta a idéia do “líder nato”<sup>55</sup> e todos os/as filiados/as são candidatos potenciais desde que queiram concorrer, embora devam passar pelo controle partidário, mesmo que tenham uma base eleitoral já afirmada. Nesse caso, o dirigente explora uma norma estatutária subsidiando a referência à oferta disponibilizada de nomes de filiados/as.

O envolvimento da questão central sobre a subjetividade desses arranjos de pré-escolha, ou os critérios informais, despontou como o maior agregado (Tabela 3). Ter uma trajetória pessoal no partido (74%) reflete toda uma dinâmica na formação política

---

52 Humberto Lopes Cunha, 30 anos, formado em Comunicação Social, com militância desde os 14 anos de idade no PT, presentemente exercendo atividades na Escola de Governo no mandato de Ana Julia Carepa, governadora do Estado do Pará. Entrevista concedida em maio/2008.

53 O entrevistado referiu-se aos líderes de uma das tendências do PT omitindo-se a referência.

54 Esta norma já consta do atual Estatuto do PT Art. 35 a 40 relativo ao PED – Processo de Eleições Diretas.

55 “O PT deu dois exemplos de grande maturidade política no Brasil quando submeteu o governador Olívio Dutra a uma prévia porque se nós tivéssemos o sistema de líder nato o Dutra já era candidato à reeleição ou se o PT tivesse uma postura dos partidos tradicionais que afigura a grande liderança e geralmente não tem mudado como nós temos a experiência no PMDB no Pará com o Jader Barbalho e em São Paulo o Orestes Quércia. (...) Então no RGS uma outra liderança também prefeito de Porto Alegre, Tasso Genro, também submeteu o nome dele. Então o PT fez uma prévia para ver entre os dois filiados quem deveria ser o candidato e a maioria da militância decidiu que era o Tasso Genro.” Entrevista concedida à autora em 16/05/2002.

e na organização de qualquer agremiação partidária, achando-se integrada à trajetória pessoal do/a filiado/a, pontuando recursos profissionais, políticos e familiares. A notabilidade foi o indicativo maior dos partidos de centro (64%) com a trajetória pessoal também sendo um recurso registrado nessa escolha (47%). As qualidades privilegiadas pelas esquerdas se acham entre a construção de uma história no partido (39%) considerando também o peso da trajetória pessoal do/a filiado/a para conseguir a indicação.

**Tabela 3 – Distribuição, em bloco ideológico, das alternativas quanto aos critérios informais para a escolha de um bom candidato? (-1 a +5)**

Situação	Blocos Ideológicos			
	Esquerda	Centro	Direita	Total
Ter uma trajetória pessoal ( política, profissional ou familiar)	28	47	26	<b>74</b>
Ter uma historia no partido	39	42	18	<b>52</b>
Ser notável, filiado e simpatizante do partido	18	64	18	<b>27</b>

Fonte: Dados extraídos dos formulários da pesquisa. Distribuição entre os 63 casos estudados - Álvares, 2007)

A presença dos/as filiados/as em padrões de ativismo é indicativo da gênese de sua trajetória pessoal movida pela política, pelo engajamento em certas áreas sindicais, devido às atividades sócio-ocupacionais e/ ou pela participação efetiva nas chamadas organizações voluntárias, o que pode ser considerado o capital social com que se apresentam na competição partidária.

Para uma visão mais restrita de quem avaliaria essa base de recursos pessoais dos/as filiados/as que os líderes consideram significativo na agenda da pré-seleção, a maioria (71%) revela a presença da liderança em mais este “esforço eleitoral”. Salvo o bloco de esquerda que ainda aposta na base militante do partido (50%) e o centro que subscreve a crença da não existência de pré-seleção (75%).

**Tabela 4 – Distribuição, em bloco ideológico, das alternativas quanto a identificação da agencia que avalia o caráter pessoal , qualificação profissional e experiência política dos aspirantes (-1 a +5)**

Situação	Blocos Ideológicos			
	Esquerda	Centro	Direita	Total
Os lideres partidários	29	38	33	<b>71</b>
A base de militantes do partido	50	43	7	<b>22</b>
Outro	46	36	18	<b>17</b>
Não há seleção são aproveitados todos	25	75	0	<b>6</b>

Fonte: Dados extraídos dos formulários da pesquisa. <sup>1</sup>Distribuição entre os 63 casos estudados - Álvares, 2007)

O articulador político e líder do PMDB local Fernando Ribeiro<sup>56</sup>, destacou o padrão de pré-seleção de seu partido:

*- Na estrutura partidária, particularmente na estrutura do PMDB nós temos a liderança maior, no caso do Pará, o deputado Jader Barbalho, mas todos os deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, eles interferem nesse processo, eles postulam por seus candidatos. Quando chega a época da eleição estadual é muito comum o candidato a deputado federal apresentar candidatos a deputado estadual que vão compor a estrutura dele na base. É muito comum prefeitos dizerem: “não, o meu município quer ter um candidato nosso, para ser o portador de nossas reivindicações”. Então os prefeitos dos municípios maiores, eles normalmente reúnem os/as filiados/as daquela área de influência do município e escolhem um candidato e lançam na convenção do partido. Esse candidato é alçado à condição de deputado estadual, e hoje na política do Pará nós temos uma quantidade enorme de exemplos, de pessoas que vieram do interior e que exercem mandato de deputado estadual, de deputado federal ao contrário de antigamente que a política se fazia fundamentalmente em Belém e na região metropolitana. Na realidade, o político ia ao interior pra buscar os votos que precisava pra completar a sua eleição, garantir a sua eleição, mas ele era fundamentalmente um político da capital, todos eram de famílias conhecidas aqui na capital e esse quadro ao longo do tempo tem se alterando.*

Outro dirigente e delegado do PT pelo município de Cametá/PA, Paulo Gonçalves Damasceno, fundador do partido e filiado desde 1986, explica a outra forma de organização interna do partido que é a convivência com as correntes políticas<sup>57</sup> e a indicação de candidaturas no partido, reportando-se às eleições de 2002:

*"- Nós temos conseguido envolver nos debates sete municípios: Cametá, Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará, Bagre, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri. E, desde 1986, temos conseguido definir uma candidatura a deputado estadual nessa região e o debate foi feito a partir das lideranças, tanto do partido quanto do movimento sindical, comunitário e principalmente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que tem sido uma força política da região. Isso dentro de uma força política chamada Articulação - porque o PT é feito de várias forças políticas. Em 1990, nós conseguimos unificar em torno de um nome que foi eleito, a deputada Aída Maria que foi a primeira mulher de esquerda eleita no Pará. Em 1994, a Aída foi candidata à reeleição nesse debate (...). Em 2002, não foi possível unificar e nós estamos com três candidaturas da região, de três correntes políticas - a Unidade na Luta (...), o Movimento de Organização Popular" e a Articulação Socialista que tem um deputado federal. (...) São pré-candidaturas, mas que vão ser mantidas, e é um processo que se deu no Estado, o debate foi feito por região e por força política então como não é possível por região, nesse caso, o debate está sendo feito por força política, então nós vamos ter essas três candidaturas que são da Região, duas da Força Socialista e uma*

<sup>56</sup> Fernando Ribeiro já foi candidato a todos os cargos parlamentares no PMDB, e se considera parte integrante do conselho político do partido. Entrevista concedida em julho/2007.

<sup>57</sup> Entrevista concedida à pesquisadora, em 8/06/2002 por ocasião do Encontro Estadual do PT, em Belém/PA.

*ligada à Democracia Socialista que é outra força interna do PT. (...) Qualquer pessoa que consiga um apoio mínimo pode se lançar candidato e como o PT tem dificuldade em conseguir preencher a lista de candidatos tem aberto hoje com 61 vagas de candidato a deputado estadual e até o momento nós só temos 32 candidaturas então ainda é possível outras candidaturas".*

No depoimento do dirigente partidário há dois aspectos que devem ser pontuados no processo de pré-seleção de candidaturas do partido: a presença das tendências que se agregam ao PT e a carência no preenchimento de vagas de candidato. As tendências estão inscritas no Art. 233 do estatuto como "*agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do partido, determinadas posições políticas não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente*"; devem solicitar registro como tendência interna do partido se não se constituem em organismo partidário (§ 2º); mas "*o partido não reconhece o direito dos/as filiados/as de se organizarem em frações públicas ou privadas*" (§ 4º). Pela fala do dirigente, as tendências se sobre-determinaram à unidade regional e cada qual apresenta candidato para ser votado no congresso do partido. E pela carência de nomes para preencher as vagas aos cargos parlamentares, em 2002, todos três foram indicados.

Neste depoimento, há evidências de articulação informal entre adeptos e lideranças anterior à pré-seleção, que deságuam no *selecionador* 1. Nestes arranjos, estão em jogo três fatores: a base geográfica das candidaturas, a representação política desta base geográfica e das correntes internas e a presença de conexões, configurando-se uma estratégia em que são medidas as forças intra-partidárias na garantia dos nomes de filiados/as que mais se adéqüem ao mercado eleitoral. A dificuldade em preencher as vagas aos cargos em competição deixa outra ação que o partido terá que apresentar: a indicação de candidatos/as para garantir a cota exigida pelo TSE.

Os depoimentos dos dirigentes do PT e do PMDB evidenciaram um debate com ênfase sobre a *força política* das lideranças estaduais e municipais procurando articulação de candidaturas de filiados/as para fortalecer o poder local e pessoal de um líder e/ou de tendência partidária.

Ao avaliar os estatutos do PMDB verifica-se o indicativo de uma "*lista de subscritores*" para referenciar as candidaturas parlamentares o que supõe tratar-se dessas injunções referidas por Fernando Ribeiro. Sobre a composição das listas nominais, a ênfase na base geográfica e a força política, diz Ribeiro:

*"- O que ocorre é o seguinte: ao longo do período de quatro anos entre uma eleição e outra, isso aí incluindo as eleições municipais, aquelas pessoas*

*filiadas ao partido que têm a expectativa de serem candidatas, vão se reportando às instâncias superiores, ou ao presidente do partido a nível regional, ou aos deputados estaduais e federais; ou aos dirigentes do partido ao nível regional de um modo geral e aí, vai sendo feita uma lista informalmente, vão sendo, relacionadas todas aquelas pessoas. Quando se aproxima o período da definição de nomes, o quê que se deve fazer? Você deve dar uma conotação “geográfica”, para que o partido tenha agentes políticos em todo o estado, em toda a cobertura territorial do estado. Você não pode fazer uma lista de candidato a deputado só com candidatos de Belém ou da região metropolitana, ou só com candidatos de Santarém no Baixo Amazonas, você tem que procurar estimular a que todos os grandes municípios apresentem candidaturas. Isso é importante porque oxigena o partido e é a maneira que você tem de descobrir novos valores. É uma forma de você prestigiar aqueles que já tiveram destaque ou trabalho partidário no âmbito municipal, que foram prefeitos, que foram vereadores. O Pará é um estado com uma população muito fracionada regionalmente e é a forma de você estar com a mensagem do partido presente em todos os rincões do estado. Então aí você pega aquela relação de nomes você avalia se ela tem esse caráter geográfico, se ela é abrangente no caráter geográfico e você vai então ponderar em relação a município por município da conveniência daquelas candidaturas e a liderança estadual tem então o encargo de decidir, muitas vezes se valendo de pesquisas, muitas vezes se valendo da opinião das outras lideranças dos deputados sobre a conveniência de cada candidatura até chegar à forma final da lista apresentada na Convenção do partido”.*

Este depoimento conforma-se às questões respondidas pelos dirigentes partidários sobre a lista nominal apresentada na Convenção, nos três blocos ideológicos, na Tabela 5.

**Tabela 5 – Distribuição, em bloco ideológico, das alternativas quanto às listas elaboradas pelo partido, até ao dia da Convenção (-1 a +5)**

Situação	Blocos Ideológicos %			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Só há uma lista que é apresentada no dia da convenção	29	<b>50</b>	21	<b>54</b>
Os nomes dos concorrentes circulam em varias listas até a escolha final	31	31	<b>38</b>	25
Cada líder elabora sua lista e estas vão aos poucos sendo trabalhadas entre o grupo partidário	<b>42</b>	33	25	19
Outro	33	<b>56</b>	11	14

Fonte: Dados extraídos dos formulários da pesquisa. <sup>1</sup>Distribuição entre os 63 casos estudados - Álvares, 2007)

Hélio da Motta Gueiros<sup>58</sup>, um veterano político remanescente das antigas forças de Magalhães Barata<sup>59</sup> do PSD, cassado durante o golpe de 1964, fundador do MDB e

<sup>58</sup> Hélio da Motta Gueiros, atualmente com 83 anos, advogado, cartorário e jornalista, foi governador e senador pelo Pará e prefeito de Belém, cargo para o qual foi indicado pelo PMDB a concorrer nas

PMDB, candidato à CD e derrotado nas eleições de 2002, tem sua versão sobre o modo como as velhas lideranças armavam suas bases partidárias através da indicação de candidatos<sup>60</sup>. Sobre o período atual, Gueiros afirma: "*Quem indica os candidatos para concorrer em uma eleição é a direção do partido, podendo outro grupo formar-se sob outra liderança e apresentar uma chapa diferente da oficial. Vão para a Convenção e a Convenção escolhe entre um e outro que geralmente termina em união tanto deste como daquele. (...) Não existe um momento definido para se fazer uma seleção prévia de candidatos. É uma coisa feita naturalmente que você vai verificando a opinião de um e de outro, mas não existe um momento solene de escolha*"<sup>61</sup>.

Como se observa do *script* de questões respondidas e de alguns trechos de entrevistas de algumas lideranças partidárias paraenses, os mecanismos articuladores de indicação de candidaturas, não se restringem às regras estatutárias. Inscrevem-se em uma pré-seleção ou recrutamento de candidaturas para serem avaliadas, medidas em seu potencial eleitoral e homologadas nas Convenções, ganhando, então o nível formal exigido pela Justiça Eleitoral.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS: LISTAS & PRÉ-LISTAS NO PROCESSO DE INDICAÇÃO DE CANDIDATURAS

No estudo feito por Jairo Nicolau sobre o sistema de lista aberta no Brasil, no item referente à seleção de candidaturas, aponta o nível formal da indicação de candidatos/as e revela a falta de informações sobre essa função partidária no âmbito de seu estudo na Câmara de Deputados. Mas evidencia algumas hipóteses que supõe presentes na articulação de nomes para a composição da lista como: critérios geográficos, nomes de prestígio e com referenciais de estimulação à base do eleitorado etc., considerando investimento em pesquisa para avaliar o perfil desses candidatos.

Na base de dados da pesquisa entre as lideranças paraenses, em três eleições, esse perfil do candidato prospectivo (que não está somente no aspirante, mas no pretendente à reeleição) e os demais critérios apontados por Nicolau se acham, de alguma forma, contemplados no *script* de respostas formuladas pelos dirigentes

---

eleições de 2004. Entrevista concedida à autora em 29/4/2003 e ratificada em 2007, no escritório do entrevistado.

<sup>59</sup> Magalhães Barata foi interventor do Pará em 1930 e em 1943. Criou o Partido Liberal, em dezembro de 1931, o PSD em 1944 e se manteve na liderança do partido, constituindo-se uma figura quase mítica e criando o baratismo ou a corrente adepta de suas ordens partidárias. Cf. Álvares, 1990.

<sup>60</sup> Cf. Álvares, 2004.

<sup>61</sup> A entrevista é mais extensa, mas, para o momento estes registros são suficientes.

partidários. Convém referir, entretanto, que a composição de uma pré-lista para o tempo da competição eleitoral, se dá de forma conjugada (candidato e selecionador), conforme a ênfase na leitura informal feita pelos dirigentes e líderes partidários que se constituem num *conselho político* com uma função bastante expressiva muito antes das eleições, agudizando-se no período de exigência das normas.

A lista aberta da versão brasileira condicionando-se, formalmente, com um número elevado de competidores em relação às cadeiras ofertadas pelo sistema eleitoral formaliza o personalismo também através do processo de indicação de candidaturas. Em que pese os partidos conviverem com a ampla extensão de nomes para deferimento nos T.R.Es., a atitude de seus dirigentes, nesse processo, cria uma esfera de competidores que possa agregar votos tanto quanto precisem para elevar a representatividade política diante do eleitorado.

Há muito mais questões a serem avaliadas entre a lista aberta e a seleção de candidaturas, por exemplo, o que referem Gallagher & Marsh (1988) e Siavelis & Morgenstern (2004) sobre a fidelidade do eleito/a ao selecionador (àquele líder que o indicou ou recebeu a oferta de sua candidatura) e não ao partido. Para o presente texto, os pontos tratados esperam abrir o espaço do diálogo entre o que dizem esses autores e os atores da base da investigação propriamente dita sobre o tema e as demais questões articuladas nessa função partidária e que têm andado “na boca do povo”.

### **Referências bibliográficas**

- ÁLVARES, M. Luzia M. Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002. “Paper” apresentado no V Encontro da ABCP, Caxambu, MG, 2006,
- \_\_\_\_\_ Projeto de Pesquisa: “Filiação, candidaturas & eleições: as trajetórias pessoais no recrutamento partidário para a competição eleitoral (Pará, 2004 e 2006)”, aprovado pelo CNPq, Processo 400930/2006-4. DCP/CFCH/UFPA.
- \_\_\_\_\_ Relatório do Projeto de Pesquisa: “As lideranças partidárias e o processo de seleção de candidaturas na competição eleitoral - Pará, 2006” – Aprovado pelo PARD/UFPA, 2006.
- \_\_\_\_\_ Formação de Elites & Seleção de Candidaturas: o “Jardim Secreto” da Elaboração das Listas Partidárias. “Paper” apresentado no ST 16 – Elites e Instituições Políticas - Sessão 03: Empresários, candidatos, partidos e democracia, no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2007.
- \_\_\_\_\_ “Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil”, Tese de Doutorado, IUPERJ, 2004 (digitada).
- BEST, Henrich and COTTA, Maurizio. Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative recruitment and careers in eleven european countries. Oxford, University Press, 2000.

- BILLE, Lars (2001) Democratizing a Democratic Procedure: Myth or Reality?: Candidate Selection in Western European Parties, 1960-1990. In: PARTY POLITICS VOL 10. No.1, pp. 363-379, 2001, SAGE Publications, London Thousand Oaks New Delhi.
- CAMP (2004), "Political Recruitment, Governance, and Leadership, Has Democracy Made a difference?" Symposium "Tathways to Power: Political Recruitment na Democracy in Latin America . Graylyn International Conference Center. April, 2004.
- CZUDNOWSKI, Moshe M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, Fred I. and POLSBY, Nelson W. *Micropolitical Theory*. Handbook of Political Science, Vol. 2, Reading Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, 1975.
- DOGAN, Mattei. Les profession propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: Offerlé. Michel. La profession politique XIX°-XX° siècles. Paris, Editions BELIN, 1999.
- DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FIGUEIREDO, Argelina C; LIMONGI, Fernando P. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.
- GALLAGHER, Michael and MARSH, Michael. Candidate Selection In Comparative Perspective: The Secret Garden Of Politics. London Newbury Park: Sage, 1988.
- HAZAN, Reuven and RAHAT, Gideon. The Influence of Candidate Selection Methods on Legislative and Legislators: Theoretical Propositions, Methodological Suggestions and Empirical Evidence. In: The Journal of Legislative Studies, Vol. 12, N° 3-4, September-December 2006, pp. 366-385.
- HAZAN, Reuven. In: LeDuc, Niemi, Richard G; Norris, Pippa. Comparing Democracies 2. New challenges in the study of elections and voting. Sage Publications Ltd. London, Thousand Oaks, New Delhi, 2002.
- HOPKIN, Jonathan. (2001). Candidate Selection Through Primary Elections: Theoretical Reflections and Observations on the Spanish Case Jonathan Hopkin. Department of Political Science and International Studies. University of Birmingham - <http://www.essex.ac.uk/ECPR/>
- KATZ, Richard. The problem of candidate selection and models of party democracy. Party Politics. Vol. 7, number 3. Sage Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), 2001.
- LEIJENAAR, Monique. A New Institutional Regime For Selecting Politicians. Maximizing Access for Women." Paper presented at the XVIII IPSA World Congress, Panel `Affirmative Actions, quotas, parity: the question of women political representation. Quebec Canada, 1-5 August 2000.
- LUNDELL, Kristen. Determinants of Candidate Selection. The Degree of Centralization in Comparative Perspective. In: PARTY POLITICS VOL 10. No.1, pp. 25-47, 2004, SAGE Publications, London Thousand Oaks New Delhi.
- MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001, 424 p.
- MAIR, Peter and BIEZEN, Ingrid van. Party membership in twenty european democracies, 1980-2000. In: Party Politics, Vol. 7. N° 1, pp 5-21. London, Sage Publications, 2001.
- MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n° 33, p. 87-101, 1997.
- MELO, Carlos Ranulfo F. de. Partidos e Migração Partidária na Câmara de Deputados. In: *Dados*, v. 43 n. 2, Rio de Janeiro, 2000, p. 2. (versão on-line).
- MONTABES, Juan & ORTEGA. Carmen. Candidate Selection in Two Rigid List Systems: Spain and Portugal. <http://www.essex.ac.uk/montabes>
- NICOLAU, Jairo Marconi. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 49, n ] 4, 2006, PP.689 a 720.
- NORRIS, Pippa and LOVENDUSKI, Joni. Political Recruitment. Gender, race and class in the British parliament. Cambridge University Press, 1995;
- NORRIS, Pippa. Comparing legislative recruitment. In: Lovenduski, Joni & Norris, Pippa. Gender and party politics. London: Sage Publications Ltd., 1993.
- \_\_\_\_\_. Legislative Recruitment. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; Norris, Pippa. Comparing democracies. elections and voting in global perspective. London: Sage Publications, 1996a.
- \_\_\_\_\_. Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge University Press, 1997.
- OFFERLÉ, Michel. La profession politique. XIXe.-XXe. Siècles. Paris, Belin, 1999.

- PARETO, Vilfredo. *Sociological Writings*. NY, Washington, London: Frederick A. Praeger, Publishers, 1966.
- PENNING, Paul; HAZAN, Reuven Y. Democratizing candidate selection: Causes and consequences. In: *Party Politics*, Vol. 7, May 2002, number 3.
- RAHAT Gideon. Candidate Selection: The choice before the choice. In: *Journal of Democracy*. Vol. 18, number I, January 2007.
- RAHAT, Gideon & HAZAN, Reuven. Candidate selection methods: An analytical framework. In: *Party Politics*, Vol. 7, May 2002, number 3.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: Um estudo das bancadas partidárias na câmara de deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: Boschi, R.; Diniz, E.; e Santos, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- SANUELS, David. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brasil.
- SIAVELIS, Peter and MORGENSTERN, Scott. Political Recruitment and Candidate Selection in Latin América: A Framework for Analysis. Simposium "Pathways to Power: Political Recruitment and Democracy in Latin America, Graylyn International Conference Center. Wake Forest University, Winston-slem, NC, April 3 and 4, 2004.

## Entrevistas

**Fernando** Ribeiro, bacharel em Direito, militante e assessor político do PMDB/PA, parte integrante do conselho político do partido, ex-senador, ex-deputado além de candidato a outros cargos parlamentares.

**Hélio** da Mota Gueiros, advogado, ex-governador, ex-senador, do Estado do Pará; ex-refeito de Belém, candidato a prefeito de Belém/PMDB/2004.

**Humberto** Lopes Cunha, comunicólogo, militante e membro do GTE do PT/PA.

**Jorge** Panzera, Presidente do Diretório Municipal do PC do B/PA

**Marcos** Oliveira, sociólogo, Secretário Geral do PT- Pará

**Mario** Moraes **Chermont**, advogado, ex-deputado federal; ex-deputado estadual, ex-presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará (vários partidos).

**Paulo** Gonçalves **Damasceno**, dirigente do PT/Cametá-PA

## ANEXOS 1

Figura 1- Modelo de inclusão/exclusão de seleção de candidatos/as de Reuven Hazan

Eleitorado (internas abertas)		Membros do partido (internas fechadas)		Seleção por órgão colegiado do partido		Seleção por órgão executivo do partido		Lideranças do partido	
← Maior inclusão								→ Maior exclusão	
		Nacional	Local	Nacional	Local	Nacional	Local	Nacional	Local

Fonte: Rahat & Hazan (2001)

Tabela 1 – Distribuição em blocos ideológicos, das alternativas quanto à filiação a outro partido

Situação	Blocos Ideológicos			
	Esquerda	Centro	Direita	Total
Não	15 (57,69)	7 (26,92)	4 (15,38)	26 (41,26)
Sim	5 (13,51)	20 (54,0)	12 (32,43)	37 (58,73)

Fonte: Dados extraídos dos formulários da pesquisa. Distribuição entre os 63 casos estudados (Álvares, 2007)

**Tabela 2 – Distribuição em bloco ideológico, das alternativas quanto ao tempo de liderança no partido**

Situação/Tempo	Blocos Ideológicos Abs – %			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
1 a 5 anos	8 (25,8)	14 (45,1)	9 (29,0)	31 (49,2)
6 a 15 anos	6 (30,0)	9 (45,0)	5 (25,0)	20 (31,7)
16 a 25 anos	4 (80,0)	1 (20,0)	–	5 (7,9)
N/I	2 (28,5)	3 (42,8)	2 (28,5)	7 (11,1)
<b>Total</b>	<b>20 (31,7)</b>	<b>27 (42,8)</b>	<b>16 (25,3)</b>	<b>63 (100,0)</b>

Fonte: Dados extraídos dos formulários da pesquisa. Distribuição entre os 63 casos estudados (Álvares, 2007)

**Tabela 3 – Distribuição da abrangência geográfica da liderança**

Liderança	Blocos Ideológicos Abs – %			Total
	Esquerda	Centro	Direita	
Nacional	1 (100,0)	-	-	<b>1 (1,58)</b>
Estadual	13 (34,21)	17 (44,7)	8 (21,05)	<b>38 (60,3)</b>
Regional	6 (28,5)	8 (38,0)	7 (33,3)	<b>21 (33,3)</b>
Outro	-	1 (100,0)	-	<b>1 (1,58)</b>
N/I	-	1 (50,0)	1 (50,0)	<b>2 (3,17)</b>

Fonte: Dados extraídos dos formulários da pesquisa. Distribuição entre os 63 casos estudados (Álvares, 2007)